

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO EM RELAÇÕES PÚBLICAS

RAVINE GONÇALVES DE OLIVEIRA

**As consequências da espionagem estadunidense na comunicação  
do Ministério da Defesa**

**PORTO ALEGRE**

**2014**

RAVINE GONÇALVES DE OLIVEIRA

**As consequências da espionagem estadunidense na comunicação  
do Ministério da Defesa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul como  
requisito parcial à obtenção do grau de bacharel  
em Comunicação Social - habilitação Relações Públicas

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup> DRA MARIA HELENA WEBER**  
**CO-ORIENTADOR: PROF. ME. LEANDRO STEVENS**

PORTO ALEGRE

2014

# **As consequências da espionagem estadunidense na comunicação do Ministério da Defesa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social - habilitação Relações Públicas

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria Helena Weber  
(Orientadora)

---

Prof. Me. Leandro Stevens  
(Co-orientador)

---

Dra. Marja Coelho  
(Examinadora)

---

Me. Ivan Bom Fim  
(Examinador)

---

Me. Marcelo Parker  
(Examinador suplente)

*Ao vô Luiz,  
que sempre dedicou o seu tempo para me  
aproximar da escrita, da leitura,  
da comunicação e da política.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu avô Luiz Gonçalves, sempre tão dedicado em me motivar com histórias e amor. Agradeço também às minhas famílias Gonçalves e Oliveira que com suas particularidades sempre me apoiaram desde que a graduação era apenas um sonho. À minha mãe deixo maior gratidão possível de se sentir, é meu espelho e meu orgulho desde a maternidade até a eternidade e ao meu pai (*in memoriam*) fica a satisfação de mais uma filha formada na UFRGS.

Ao Gabriel que além das frases fortes de motivação a cada capítulo existe mais um motivo especial, o interesse pelo Ministério da Defesa se iniciou de fato por tua causa e muito obrigada por isso. Também quero agradecer aos meus amigos que sempre detalharam histórias e costuraram felicidades em mim.

À minha dupla de orientação Maria Helena Weber e Leandro Stevens que ao longo da graduação tornaram a comunicação e a política uma paixão mais forte e colaboraram infinitamente para essa monografia acontecer. Aos autores estudados, aos atores e instituições mencionados e à banca examinadora que aceitou tão gentilmente contribuir para a realização de mais essa etapa com um papel fundamental. A todos os citados fica o mais sincero agradecimento.

## RESUMO

Esta pesquisa investiga como o Ministério da Defesa se pronunciou sobre a questão de defesa cibernética antes e após o caso de espionagens estadunidenses no Brasil. O estudo é baseado em argumentações a respeito de política, comunicação, comunicação pública, acontecimento, defesa e democracia buscando a interdisciplinaridade para fins de um conhecimento relacionado sobre as questões de defesa na era da informação. Após a análise é percebido que a comunicação do órgão público obteve mudanças de caráter cultural e informativo, destacando com mais frequência ações ligadas à defesa cibernética no País. Serão discutidas as reflexões teóricas a respeito de comunicação e política e seus desdobramentos pertinentes a essa pesquisa, como as relações públicas, a comunicação pública e a imagem pública. Teorias embasadas na filosofia política e na comunicação social com autores como Rousseau, Arendt, Weber e Torquatto. Em seguida haverá a apresentação do cenário de acontecimento, defesa e democracia, mantendo uma projeção orgânica para a análise, nesse momento serão utilizados autores como Weber, Coelho, Waltz, Bobbio e Peruzzo. Em seguida a metodologia será apresentada utilizando a análise crítica do discurso de Fairclough. São construídas bases de apoio para que na análise aconteça na união da política e da comunicação pela estrada da democracia e das essenciais características do acontecimento. A defesa é uma característica inerente ao humano e também contribui para o fortalecimento e manutenção da espécie.

**Palavras-Chaves:** Comunicação Pública; espionagens; Ministério da Defesa; defesa cibernética; era da informação.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>1 OBJETO DE PESQUISA: ESPIONAGEM ESTADUNIDENSE NO BRASIL.....</b>	<b>112</b>
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>16</b>
2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	16
2.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO .....	17
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>20</b>
3.1 POLÍTICA E COMUNICAÇÃO.....	20
3.1.1 A POLÍTICA .....	22
3.2 COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS .....	25
3.3 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA .....	29
3.4 A IMAGEM PÚBLICA .....	36
3.5 A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA DEFESA NACIONAL .....	42
3.6 OS ENLACES DA DEMOCRACIA E DA DEFESA .....	47
3.7 O ACESSO ÀS REDES CIBERNÉTICAS .....	53
<b>4. ESTUDO SOBRE O ACONTECIMENTO PÚBLICO .....</b>	<b>58</b>
4.1 CORPUS DA PESQUISA .....	58
4.2 SITE .....	63
4.3 NOTÍCIAS .....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>77</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>85</b>

## INTRODUÇÃO

O Ministério de Defesa é financiado pelos cidadãos, entretanto estes não têm amplo acesso às estratégias daqueles em razão da forte proteção dos dados da instituição por motivos de segurança nacional. Já que não é possível divulgar sobre quais ações a inteligência de defesa executa, é importante que de alguma forma o cidadão seja informado para garantir sua confiança no Estado, afinal é uma questão de comunicação pública.

Portanto, além da curiosidade em refletir sobre a comunicação pública como teoria acadêmica, há também a minha posição de pesquisadora cidadã. Dentro de um contexto de relação com a construção da história de uma nação há a política e suas relações de poder, comunicação, acontecimentos envoltos de uma sociedade que constrói e é construída pela realidade. Este trabalho de pesquisa surge da curiosidade de como o Ministério da Defesa atuou na área da comunicação no período anterior e posterior às denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil porque se tratou de um acontecimento público no âmbito político e de alto interesse público.

Já a escolha pela análise do acontecimento das espionagens estadunidenses no Brasil ocorreu por se tratar de uma questão de relacionamento entre países. A graduação de Relações Públicas me mostrou diversos mecanismos de iniciação, projeção, manutenção e sustentação de relacionamentos entre públicos e organizações, por isso o factual interesse em aprofundar os estudos em um acontecimento internacionalmente divulgado e de amplo interesse público e político. As reflexões sobre comunicação e política são fundamentais para a construção de um graduando, e venho por meio desta monografia conciliar os estudos fundamentais não somente no cenário da faculdade, mas da vivência social como um todo.

Além disso, a questão das relações políticas sempre chamou atenção desde antes do ingresso na Universidade. Já na graduação se iniciou a vontade de escrever sobre um assunto de interesse público na monografia, como forma de agradecer à sociedade por ter financiado os meus estudos até aqui. As relações políticas entre pessoas e organizações sempre foram presentes durante o período acadêmico e boa parte delas serão apresentadas no decorrer desse texto.

A manutenção segura de dados e informações nacionais foi um debate bem presente quando as primeiras informações de que estavam acontecendo espionagens no Brasil foram divulgadas 07 de julho de 2013 pelo Jornal O Globo. Isto ocorreu porque o jornalista Glenn Greenwald publicou dados coletados diretamente com Edward Snowden, que foi especialista em informação digital da Central Intelligence Agency (CIA) o qual afirmou que os Estados

Unidos mantinha um amplo e estratégico sistema de espionagens em diversos países, incluindo o Brasil.

As afirmações apresentavam também provas concretas do que Snowden falava com total autoridade, certeza e verdade a respeito desse assunto. No período, muitos questionamentos foram feitos e muitas perguntas até o término dessa monografia não foram respondidas. As notícias foram mundialmente divulgadas e se tornaram motivos de estranhamentos de relação entre os dois Países.

A curiosidade realmente se estabeleceu no momento em que o governo inicia os comunicados e notícias oficiais destinados ao cidadão. Diversos âmbitos governamentais estiveram envolvidos nesses pronunciamentos e divulgações oficiais de informações, contudo na pesquisa serão utilizados os dados coletados no site do Ministério da Defesa. Esses dados são essenciais para se chegar à resposta do problema de pesquisa, como o Ministério da Defesa se comunicou a respeito de cibernética durante e após as denúncias sobre espionagens estadunidenses no Brasil?

O objetivo é perceber se a comunicação, por meio das notícias do *site* do Ministério da Defesa, se alterou antes e após a denúncia das espionagens. O Ministério da Defesa é um órgão governamental que coloca como umas das principais atribuições o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, segundo o próprio *site* oficial. Ou seja, no caso de espionagens estrangeiras no território nacional este seria um dos órgãos mais relacionados ao assunto, porque o papel do Ministério da Defesa é o planejamento e preparação de políticas de defesa do País.

Sendo assim, o *site* é uma das principais fontes de informação oficial do governo federal para a população em geral. Reunimos nesse acontecimento público os propósitos da pesquisa, analisar se o houve uma mudança na discussão sobre defesa de dados cibernéticos e se houve a predisposição de informar o cidadão sobre as ações.

A relação entre cidadão e o Estado será o cerne da pesquisa, que se baseará em movimentos empíricos e reflexões teóricas sobre o assunto. A comunicação e a política são aspectos cotidianos e amplamente dialogados por grupos sociais, veículos de comunicação e sociedade em geral. Portanto, cabe nesta perspectiva a relevância e o intuito de estudo deste trabalho.

A apresentação do objeto acontecerá logo no início, levando ao leitor a contextualização do acontecimento e alguns desdobramentos fundamentais para o entendimento facilitado do restante da monografia. Para esse fim, notícias de sites e jornais serão colocadas com suas perspectivas que vão ao encontro da visão do fato pela autora.

Embora seja um assunto que foi amplamente discutido, é essencial situar o leito no caminho de pensamento de todo o trabalho.

Serão percorridas as reflexões teóricas a respeito de comunicação e política e seus desdobramentos pertinentes a essa pesquisa, como as relações públicas, a comunicação pública e a imagem pública. Os autores mais influentes na reflexão são de ampla expressão acadêmica como Rousseau, Arendt, Weber e Torquato. O primeiro capítulo corresponde a base fundamental da pesquisa: a política e a comunicação.

Em seguida a metodologia será colocada como a apresentação da análise subsequente, utilizando a análise crítica do discurso de Fairclough. Porém, pontos de pesquisa bibliográfica e sutilmente a análise de conteúdo também serão utilizadas para conclusão da metodologia de pesquisa da monografia. Reiterando que a principal teoria de análise é a análise crítica do discurso.

No andamento do texto surgirá o capítulo a apresentação do cenário de acontecimento, defesa e democracia. O assunto se mantém orgânicos para uma análise embasada de acontecimento público num cenário de defesa cibernética de uma nação democrática. Para melhor apresentação serão utilizados autores como Weber, Coelho, Waltz, Bobbio e Peruzzo.

As reflexões a seguir buscam traçar o caminho essencial da união da política e da comunicação pela estrada da democracia e das essenciais características do acontecimento. A defesa é uma característica inerente ao humano e também contribui para o fortalecimento e manutenção da espécie. Analisar a comunicação do Ministério da Defesa com o contexto de um acontecimento público num país democrático será o fechamento mais justo que a autora da monografia poderia encontrar para concluir o ciclo tão rico, o da graduação.

## 1 OBJETO DE PESQUISA: ESPIONAGEM ESTADUNIDENSE NO BRASIL

As primeiras informações sobre a espionagem estadunidense em dados brasileiros foram divulgadas nos meios de comunicação no dia 07 de julho de 2013<sup>1</sup>. Isto ocorreu porque o jornalista Glenn Greenwald obteve dados diretamente com Edward Snowden, que foi especialista em informação digital da *Central Intelligence Agency* (CIA). O último cargo de Snowden na instituição foi de especialista em tecnologia e cibersegurança da *National Security Agency* (NSA) no Havaí.

Com esses dados Greenwald, junto aos jornalistas Roberto Kaz e José Casado, divulgou por meio de uma matéria no jornal O Globo o acontecimento. Na matéria há informações de que o Brasil era o País mais espionado da América Latina e que milhões de dados foram conhecidos pelos espiões norte-americanos em toda a década em que o processo aconteceu. Para alcançar os objetivos a agência espionava pessoas e instituições brasileiras por meio do acompanhamento de telefonemas e mensagens de correio eletrônico.

Foram divulgados os dados do mês de janeiro de 2013 dos países mais espionados e o Brasil era o segundo com mais informações apreendidas, ficando atrás apenas do próprio Estados Unidos que somou 2.349 bilhões de dados rastreados. Dentre as nações contidas na mira das espionagens estão Afeganistão, Paquistão, Irã, Iraque, Rússia, China e Arábia Saudita.

É expressamente mostrado que o Brasil é o principal foco de espionagem na América Latina e que o vazamento de informações feitos por Snowden é um dos maiores da história norte-americana. No texto há garantia de que este episódio abalou o governo de Barack Obama.

Um dos principais meios de espionagem utilizados para efetuar o controle pelos órgãos estadunidenses é o programa chamado *Prism*. Este é um programa que vasculha a internet, permitindo à NSA acessar diretamente os servidores das principais companhias de internet dos Estados Unidos da América (EUA), como por exemplo: o Google, o Yahoo, a Apple, a Microsoft, o Facebook e AOL. As pesquisas seriam baseadas na obtenção de e-mails, chats de vídeo, mensagens instantâneas e mais para rastrear estrangeiros suspeitos de terrorismo ou espionagem.

O *Prism* não é capaz de rastrear todas as informações buscadas pelos agentes no mundo, por isso a NSA desenvolveu outros dois programas com outras empresas gigantes da

---

<sup>1</sup> Jornal O Globo, edição 29.189. Rio de Janeiro. Notícias contidas no CD localizado no apêndice desta monografia.

comunicação a fim de conseguir os dados não alcançados pelo *Prism*. Um deles é o *Fireview* planejado junto a uma grande empresa do ramo da comunicação estadunidense, ele permite o avanço das buscas pela NSA em várias regiões do mundo. Essa empresa teria relações de negócios com outras empresas de telecomunicações do mundo, incluindo as brasileiras.

Essa informação coletada no jornal impresso O Globo do dia 07 de julho de 2013 mais as pesquisas no site TecMundo<sup>2</sup> nos levam ao ponto de que por meio de parcerias privadas a NSA tem acesso às informações públicas de outros países, como o Brasil. O que não fica claro é se as empresas brasileiras parceiras estão cientes dessas espionagens. Até porque na matéria não está divulgada a empresa que serviria de ponte para todo o processo.

Os agentes espões estariam disfarçados de diplomatas e há relatos de que as Embaixadas estadunidenses serviriam como centrais de dados capazes de converter sinais criptografados dos países-alvo. Da mesma forma, ocorria nos EUA, onde as Embaixadas e consulados brasileiros seriam espionados por meio de rastreamento e interceptação de dados digitais e ligações. O motivo para as espionagens iriam além do já conhecido discurso norte-americano de combate ao terrorismo, tendo como objetivo principal colher informações que seriam essenciais para investidores ligados ao EUA.

A NSA foi fundada ainda na Guerra Fria, há mais de 60 anos. Seu objetivo, segundo O Globo, é espionar comunicações de outros países, decifrando códigos governamentais e desenvolvendo códigos criptográficos para o governo. Sua principal característica é a imensa capacidade de coletar informações provenientes de sistemas de telecomunicações e internet públicas e em redes digitais privadas.

O investimento governamental na agência não é divulgado, porém há indícios de que no mandato do Presidente Barack Obama ele tenha dobrado. Talvez seja esse o motivo da força internacional de espionagem da instituição que tem escrito numa pedra de mármore na sede em Washington a seguinte frase: *servimos em silêncio*.

Os dados de interesse dos espões seriam: números discados, tronco e ramais utilizados nas ligações, duração, data, horário, local, duração, endereço do remetente e do destinatário e faz o mesmo com quem estiver na outra ponta da linha ou no outro lado da tela do computador.

A operação teria aval do Congresso dos EUA, da corte secreta de Vigilância e Inteligência e da própria Casa Branca. Dentre os documentos disponibilizados por Snowden,

---

<sup>2</sup> TECMUNDO. PRISM: Entenda toda a polêmica de como os EUA controlam você. <http://www.tecmundo.com.br/privacidade/40816-prism-entenda-toda-a-polemica-sobre-como-os-eua-controlam-voce.htm> publicada em 13 de jun. de 2013. Acesso em 16 de nov. 2014 às 9h30.

foram encontradas informações de que o Brasil seria um dos principais focos de busca de dados pelo governo estadunidense. Assim sendo, grandes empresas e o governo brasileiro estariam sendo vigiados por agentes da NSA infiltrados nas Embaixadas dos EUA no Brasil.

As denúncias de espionagens de dados eletrônicos brasileiros preocuparam o cidadão e também os seus representantes legais, em razão do vazamento de informações secretas de empresas públicas e do governo brasileiro. A própria presidente da República, Dilma Rousseff, fez duras críticas às denúncias de espionagem dos Estados Unidos, no início de seu discurso na Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, no dia 24 de agosto de 2013. Na plenária da ONU, a presidente qualificou as ações como: violação da soberania e dos direitos humanos. Acrescentou ainda que *jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania*.

A produção de sentido pela estratégia de comunicação é relevante porque é assim que se constrói um reconhecimento positivo, com credibilidade. O caso em questão se tratou de violação à soberania e aos direitos humanos nacionais. Entende-se por soberania a autonomia de um País, seu poder político e seu poder de decisão dentro de seu respectivo território nacional. Principalmente no que diz respeito à defesa dos interesses nacionais deste território. Isto é, cabe ao Governo o direito de sua autodeterminação em nome de uma nação, e cabe a nação saber sobre o que acontece com o país em que vive por meio pelos seus representantes legais eleitos via voto nas eleições nacionais.

Este episódio colocou em destaque a estrutura política e a estrutura da comunicação pública. Por um lado, a defesa nacional e as relações exteriores, por outro a prestação de serviço ao cidadão brasileiro. Para se ministrar esse repasse de informações foram exigidas estratégias rápidas e coerentes. Além disso, trouxe ao cidadão uma espécie de dúvida sobre a proteção dos dados cibernéticos nacionais.

O Ministério de Defesa é financiado pelos cidadãos, entretanto estes não têm amplo acesso às estratégias daquele em razão da forte proteção dos dados da instituição por motivos de segurança nacional, já que não é possível divulgar sobre quais ações a inteligência de defesa executa. Contudo, é importante que de alguma forma o cidadão seja informado para garantir sua confiança no Estado porque é uma questão de Soberania Nacional.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa empírica foi dividida em duas etapas. A primeira chamada de pesquisa exploratória foi feita com o objetivo de aperfeiçoar o conhecimento a respeito da divulgação das espionagens estadunidenses no Brasil. O modo empírico de pesquisa provoca um aprendizado por meio das experiências do pesquisador. De acordo com Gil (2008) o objetivo da pesquisa exploratória é a aproximação do assunto a ser estudado para melhor planejamento e organização das pretensões da pesquisa. Nesse momento sites e blogs foram visitados e estudados para melhor familiarização com o objeto de pesquisa.

Também se realizou uma pesquisa bibliográfica para compor o embasamento teórico da monografia. Foram pesquisadas fontes das áreas de política, comunicação social, imagem pública, acontecimento, democracia, defesa e internet. Em um segundo momento a pesquisa por análise quantitativa de conteúdo aconteceu de forma exploratória, analisando quantitativamente as notícias publicadas pelo *site* do Ministério da Defesa. Avaliando, dentre as notícias escolhidas dentro do site do Ministério da Defesa. Com os dados coletados foi utilizada a teoria de análise crítica do discurso para interpretá-los.

### 2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A produção científica feita por um pesquisador de qualquer área de conhecimento deve ter um compromisso social, ser útil e reconhecido para a comunidade acadêmica e principalmente pela sociedade em geral, conforme defende Kunsch (2003). Portanto, é interessante ter consciência de qual área a pesquisa se encaixa para buscar base teórica correta no assunto. Além disso, concentrar os estudos no direcionamento correto é essencial para um bom discorrimento de todo o processo de pesquisa.

Até o momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica para a construção da base construtiva da análise a seguir. É importante que o embasamento teórico de qualquer pesquisa seja feito com cautela e responsabilidade, principalmente na graduação de Relações Públicas. Segundo Casali (2009) a disciplina de Relações Públicas se destina principalmente na compreensão de como a opinião pública percebe uma organização ou pessoa e como os assuntos públicos afetam as questões destes.

Os assuntos destinados à reflexão de questões ditas públicas encadearam o processo da escrita. Foram utilizadas fontes referentes à política, comunicação, relações públicas, imagem pública, acontecimento público, defesa, democracia e internet e a discussão entre os autores escolhidos foram os princípios norteadores da pesquisa bibliográfica.

A construção escolhida para as reflexões aconteceu de modo complementar entre todas as leituras, autores e experiências empíricas. Ou seja, a ideia de construção de toda a escrita da pesquisa buscou ser realizada de forma interdisciplinar.

## 2.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

As notícias, após a filtragem já descrita, serão sistematizadas e analisadas utilizando conceitos e princípios orientadores da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2001). A análise crítica do discurso apresenta uma concepção de discurso e um corpo teórico adequado para o uso na pesquisa científica porque busca reunir a análise de discurso orientada linguisticamente, o pensamento social, a política para o discurso e a linguagem (FAIRCLOUGH, 2001). A análise textual contribui na compreensão dos processos sociais valorizando principalmente a análise de como os atores fabricam e conduzem textos por meio de relações entre seus elementos.

A teoria da análise crítica do discurso de Fairclough encontra motivação na união de vertentes teóricas porque para o autor é importante a transdisciplinaridade no lugar de condições fechadas e sustentadas por um único embasamento. Também é frequente na apresentação da teoria a questão do capitalismo, para Fairclough (2005 p. 308) o vasto objeto de pesquisa é a língua no novo capitalismo porque nesse contexto existem representações claras da mudança na economia globalizada. Portanto, essa teoria busca compreender os objetos presentes nessa nova perspectiva de conexão ilimitada da vivência humana.

Nessa teoria há uma especificidade interessante de ser argumentada, há a relação da prática social com a prática discursiva e com o texto. De acordo com Misoczky (2005) a abordagem crítica do discurso considera as relações entre linguagem e sociedade a fim de compreender o relacionamento entre discurso, poder, dominação e desigualdades sociais. Para fins de entendimento futuro, a ACD não é defendida como um método de pesquisa pelo seu autor, segundo Fairclough (2005, p. 121) a ACD é uma teoria e dessa forma que a trataremos nessa reflexão.

A teoria foi escolhida em razão da sua natureza que está ligada ao processo de globalização, forte tendência ligada aos assuntos debatidos até o momento. A ACD apresenta relação crítica do momento atual do capitalismo conhecido como globalização, economia global, economia ou sociedade do conhecimento, sociedade pós-industrial, entre outras definições dessa nova sociedade (MISOCZKY 2005). De acordo com Misoczky (2005) se entende a teoria como uma importante vertente para a interpretação de textos em relação com seus contextos sociais.

De acordo com Fairclough (2005 p. 309) a “prática é uma forma relativamente permanente de agir na sociedade a qual é determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada.”. Para um melhor entendimento, o autor defende, podem ser consideradas práticas questões estruturais que incluem: atividade produtiva, meios de produção, relações sociais, identidades sociais, valores culturais, consciência e semiose. Por outro lado também incluem a ação social e interação que reproduzem as estruturas, podendo transformá-las (FAIRCLOUGH 2005 p. 308-309).

Depois de ambas as análises citadas acima, é cabível a reflexão de análise sobre as notícias divulgadas pelo MD se baseiam da promoção do conhecimento e da informação, conforme defende a comunicação pública, nas notícias analisadas. Por final, as considerações baseadas em todos os dados e observações das análises e avaliação dos resultados finais, sempre seguindo na linha de interdisciplinaridade.

A análise crítica do discurso se utiliza dos estudos da semiose, que o autor explica:

A semiose como parte da atividade social constitui gêneros discursivos. Os gêneros são as maneiras diversas de agir, de produzir a vida social semioticamente. São exemplos: a conversação cotidiana, as reuniões dos diversos tipos de organização, as entrevistas políticas e de outros tipos, e as críticas de livros. A semiose na representação e autorrepresentação de práticas sociais constitui os discursos, que são as várias representações da vida social. Os atores sociais posicionados diferentemente veem e representam a vida social de modo distinto, com discursos distintos. A vida de pessoas pobres, por exemplo, é representada nas práticas sociais do governo, da política, da medicina, da ciência social, e os diferentes discursos, inseridos nessas práticas, correspondem às diversas posições dos atores sociais. (FAIRCLOUGH 2005 p. 310).

Para analisar criticamente o discurso do Ministério da Defesa conforme o objetivo de analisar se o acontecimento das espionagens estadunidenses no Brasil provocou alteração na comunicação realizada pelo Ministério da Defesa por meio de seu site oficial, foram escolhidas as matérias públicas durante os 12 meses antecedentes e os 12 meses subsequentes à divulgação da denúncia das espionagens. No ano anterior foram encontradas três matérias

com a palavra cibernética(o) no título e no ano seguinte foram encontradas seis notícias publicadas com a palavra cibernética(o) no título.

Foram analisados os seguintes quesitos: figura do texto, prática discursiva e prática social. O discurso constrói uma categoria chave como modo de saber segundo o autor, embora na obra ele destaque mais documentos relacionados diretamente com a educação como currículos escolares, percebemos a ampla viabilidade de utilizarmos na pesquisa nas notícias <sup>3</sup>do *site* do Ministério da Defesa e por isso a escolha por essa teoria de pesquisa. Na análise de texto Fairclough (2001 p. 289) propõe que sejam consideradas quatro categorias: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual.

Na prática discursiva o autor sugere o estudo dos processos de produção, distribuição e consumo textual. Em outras palavras, sugere o estudo da forma que os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em contextos sociais determinados. Sendo assim, a análise crítica do discurso abrange categorias que auxiliam no entendimento de pesquisas relacionadas e do próprio discurso não somente no contexto textual, mas enquanto prática social também (FAIRCLOUGH 2001 p. 289-290).

---

<sup>3</sup> Notícias contidas no CD localizado no apêndice desta monografia.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Machado (1999) traz em sua obra o quanto o estilo nietzschiano de pensamento influenciou Foucault a valorizar a linguagem literária como alternativa ao homem. Início assim o panorama geral do referencial teórico para confirmar que toda continuidade é apenas o efeito de uma interpretação após o fato, conforme afirma Nietzsche. Ou seja, tanto a pesquisa empírica quanto a pesquisa bibliográfica estão em constante movimento, visto que os fatos as suas interpretações seguem ininterruptamente acontecendo.

Foucault, claramente influenciado por Nietzsche, defende que não escrevemos o que sabemos, e sim escrevemos para saber. Portanto, está distante de mim toda a verdade absoluta, minha incessante busca principalmente na pesquisa bibliográfica, será o constante aprendizado que aqui será documentado por meio da escrita.

Pretende-se buscar embasamento teórico nas discussões sobre comunicação pública de acordo com Maria Helena Weber, Torquatto, Silveira. A comunicação pública está inserida num contexto de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil. Sendo a intenção trabalhar com um viés de cidadania e o objeto ser um órgão público, esta teoria se encaixa perfeitamente na discussão da pesquisa.

#### 3.1 POLÍTICA E COMUNICAÇÃO

A política acontece nas relações de poder, que desde o primeiro dia de vida existe para todos. Sempre haverá escolha e determinação que exige relacionamento, seja no desejo de se alimentar, seja na escolha de quem eleger como representante político. Os autores aqui destacados fornecem opiniões e teorias que fizeram diferença durante o período até aqui, antes ou durante a graduação em comunicação social. São nomes reconhecidos em suas áreas de atuação que prestam suas análises para a compreensão da política e da comunicação, disciplinas que tendem a caminhar sempre juntas.

A união dessas ideias e sugestões acarreta em reflexões particulares que constam durante todo o texto. Desde a política até a comunicação surgem desdobramentos fundamentais para o entendimento do relacionamento entre pessoas, afinal essa é uma prática orgânica da vida. Entende-se que o homem carrega funções muitas vezes inconscientes, mas

que se identificam nos mais altos níveis de decisões e entendimentos do outro, e nesse contexto se encontra a comunicação e a política.

Um dos principais fatores que denominam o homem um animal político é sua capacidade de discurso e de razão. Sendo assim, sempre que o discurso é considerado relevante se torna um assunto relacionado à política (ARENDRT 1969, p.4). Nesse aspecto iniciamos a reflexão das justificativas da pesquisa que tem como norte justamente a comunicação e a política.

Waltz é um importante autor da área de relações internacionais. Ele examina ideias de filósofos políticos clássicos como Hobbes, Kant e Rousseau, ambos são pensadores admirados pela autora da monografia. Waltz busca em boa parte de suas obras, explicar os conflitos entre os Estados.

Em sua obra, Waltz (2004, p.8) coloca outro fator que para nós determina o homem como um animal político, a posição de Rousseau em que a sociedade é inseparável da organização política e de que o comportamento do homem é em grande parte produto da sociedade em que ele vive. Sendo assim, a análise da sociedade e do comportamento humano está intrinsecamente aliado à política.

As ciências sociais revelam respostas essenciais para a avaliação e reflexão da realidade. A comunicação social garante já na descrição a sua preocupação com o fator social, buscando uma alternativa de estudos na área, consideramos a política como viés fundamental da construção, adaptação e desenvolvimento da sociedade.

A defesa de Waltz (2004, p.8) fortifica isso quando coloca que o estudo da sociedade não pode ser separado do estudo do governo, nem o estudo do homem de ambos. A partir deste início gostaríamos de deixar o leitor ciente de que nossas apresentações sobre a comunicação e a política têm o intuito de provocar reflexões sobre como atualmente a política está organizada e aliada à comunicação. Não faz parte desse texto provocar juízos de valor sobre condições ou possibilidades da própria política ou da própria comunicação e sim apresentar os dois assuntos a fim de expor mais adiante sobre a comunicação pública.

A política é um processo que caminha junto à comunicação por meio do discurso. Acreditando que é o discurso que contribui para o homem se tornar um ser político, percebemos que a política está aliada à comunicação sem sombras de dúvidas.

### 3.1.1 A POLÍTICA

A política está além dos âmbitos somente partidários ou governamentais de Estado. A política está presente em todas as relações de poder possíveis, desde as atividades distribuídas aos membros da família no lar até a decisão concreta sobre a utilização de uma estratégia de segurança Nacional. Vive-se a política discretamente em todas as nossas atividades, e essa é uma das principais razões pela qual é essencial entendê-la.

Segundo Rubim (2000, p. 18), a política em seus primórdios surgiu como prática específica de resolução de questões do poder político. Neste caso, temos uma pertinente questão de poderes políticos de dois Países de grande representação mundial. Além disso, para se criar e se colocar alternativas de governo, este propõe a atuação dos cidadãos e o exercício de um debate político, não que acreditemos que neste caso tenha acontecido uma abertura para ouvir o cidadão, porém indiretamente todos querem ser defendidos e cabe ao governo atuar nessa defesa como representante oficial.

Antes de iniciar quaisquer reflexões sobre a teoria e a prática sobre política cabe explanar o embasamento a qual este trabalho mantém como base, o de que as relações de poder são o princípio da política. Onde há relações de poder, há política. Simões (2001, p.65) argumenta sobre os comentários comumente ouvidos em quaisquer cenários sobre que futebol, política e religião não são discutíveis, como se o indivíduo estivesse limitando ou até excluindo sua participação política na sociedade.

A atuação política individual pode estar na zona do imperceptível. Entretanto, as pessoas sempre estão em relação política com seus semelhantes seja qual for a situação, completa o professor. As relações de poder estão intimamente ligadas a nós ininterruptamente, este é o motivo pelo qual decidimos desde qual roupa ou não vestir para um dia de trabalho no escritório ou qual será o candidato merecedor do meu voto nas eleições para vereador do município em que resido.

Crick e Crick (1987, p.1 *apud* Simões, 2001, p. 66) afirmam que o estudo dos interesses e valores que afetam a sociedade e da maneira como estes podem ser conciliados é chamado de política. A política é vista como essencial para a sobrevivência em sociedade, em que interesses individuais estão em constante choque com o interesse de outro. O objetivo particular ou de determinado grupo sempre estará em constante avanço e ou também recuo testando o limite de poder do outro para subordinação e alcance da meta individual.

A premissa Freudiana a respeito dos desejos particulares caracteriza a exigência constante do ID, cabendo ao ego negociar com o superego a possibilidade da realização do ID. Até mesmo nas questões mais psicológicas que nos alertam os desejos há negociação de interesses e às vezes conflitos, como deixar a política num plano à parte da nossa vida? Essa hipótese está fora de questão, e tanto a teoria quanto a prática estarão sempre motivando nosso cotidiano por mais comum que ele seja.

A natureza das relações de poder e conseqüentemente da política são distintas em três correntes, segundo Simões (2001, p.66). A tradicional a qual defende que existe poder independentemente das relações, em segundo a intermediária que necessita do contexto de interação e a da transação, a mais relevante no âmbito deste trabalho. Já a corrente de transação defende que se não houvesse recursos escassos não precisaria viver nessa linhagem de submissão e proteção.

As relações de poder explicadas pela transação conversa com a teoria de Jean-Jaques Rousseau a respeito do surgimento do Estado Civil. De acordo com o filósofo o que levou a humanidade a planejar e executar um Estado Civil foram as transformações da natureza que trouxeram dificuldades dando início à agricultura e à metalurgia. Sendo estas duas necessárias mutuamente, ou melhor, criando uma dependência voluntária se passou a viver em relações de poder.

Somando as alternativas frente à transformação da natureza ao fato da criação da propriedade privada, as relações de poder surgiram e seguem se colocando como meio de solução para escassez natural do ambiente. Portanto, muito mais do que a práxis aristotélica de *vida activa*<sup>4</sup> a política se instaura nas relações de poder se utilizando do discurso. Por isso a afirmação de que onde há política, há relações de poder.

A política como prática procura interferir no processo em que a relação de poder está inserida a fim de organizar o sistema social. A teoria por sua vez, busca compreender esse processo do exercício de poder na sociedade afirma Simões (2001, p.66). Cada indivíduo exerce um papel ou vários papéis na sociedade, sempre inerte ao processo de relações de poder e discursos, a prática é inevitável e a teoria sustenta reflexivamente esse âmbito de poder que poderá estar centrado em uma pessoa, em um grupo, em uma ideia, etc..

Segundo Arendt (1969), a política é vista como uma profissão desde que é socialmente aceita a perspectiva a qual política e a arte não estão no mesmo nível de legitimidade em que se encontra o trabalho. Para tomar decisões importantes – aquelas que alterem o futuro da

---

<sup>4</sup> Vida dedicada aos assuntos públicos-políticos (ARENDDT, 1969 , p.14).

humanidade a curto ou longo prazo como, por exemplo, a utilização de um determinado medicamento como vacina para combater um vírus que se espalha rapidamente em determinada região do mundo -, Arendt (1969, p.3) sugere a que a abertura para um debate na esfera pública esteja no âmbito da primeira grandeza, uma vez que cientistas e políticos profissionais não devem decidir tais questões sem a reflexão e o aval da sociedade.

Levando em conta a defesa da filósofa, a abrangência política deveria ser maior do que outras dimensões como a medicina na saúde, a engenharia agrônoma na agronomia, por exemplo. Isto em razão do caráter público da própria política, que deveria considerar a vontade da esfera pública e não de áreas ou pessoas específicas. As relações de poder deveriam estar no âmbito da cidadania e não do mercantil ou tecnicista.

Uma proposta bem interessante de se apresentar aqui é a tese do advento do social, formulada por Hannah Arendt. De acordo com a autora da obra *A condição humana* (1969) esse advento aconteceu em razão da progressão da quantidade de indivíduos isolados e das massas desligadas dos cunhos políticos pertencentes a sua história. Sendo Arendt uma das cientistas políticas mais importantes da contemporaneidade é interessante que uma de suas propostas mais reconhecidas seja apresentada.

A autora se refere ao social como o vínculo entre as pessoas por meio da circulação da palavra e dos assuntos de interesse coletivo - no caso da modernidade o poder/ o consumo / entre outras. O lugar desse social seria estritamente a esfera pública, a qual se mantém de uma forma diferente das demais esferas como o caráter privativo do lar e do caráter político da Pólis (ARENDR, 1969, p.50). Essa esfera pública é a mesma que separa e estabelece uma relação entre os homens, porque sustenta as vivências da modernidade tecnicista e mercantil Arendt (1969, p.51).

Vale acrescentar uma ressalva a respeito da condição de interesse comum. A questão já tinha sido trazida pelo filósofo Jean Jacques Rousseau no livro *Contrato Social*, nele o autor garante que é incorreto é afirmar que existe vontade / interesse comum e que o correto seria interesse coletivo para se distanciar de denominadores comuns. A reflexão sobre os termos é válida para assuntos destinados ao público, como no presente caso.

Voltando a Arendt, a reflexão mais insistente nesse momento é a de que existe a possibilidade de o censo comum não acreditar na política como relações de poder existentes cotidianamente porque não se consideram seres políticos e sim seres individuais. Com uma visão individualista do todo há possibilidades de viver socialmente ao mesmo tempo em que se permitem defenderem suas posições como insubstituíveis. A individualidade garante a vida social distante do âmbito privado e político essenciais, segundo a autora.

Considerando a reflexão como possível, percebemos na perspectiva de Arendt uma política que encontra no seu exercício a sua razão de ser, como maneira privilegiada de mediação da convivência humana na esfera pública. Essa convivência humana seria motivada pela característica individualista. A política pode ter se transformado em mero instrumento de gestão dos problemas organicamente consequentes das necessidades humanas.

Embora exista a defesa arendtiana de que o homem é um ser político no mais alto grau, pode-se observar que provavelmente o advento do social seja uma consequência individualista da modernidade, em vistas das características novas que essa era proporcionou. Encaramos como uma defesa do homem como ser político em razão da visão da autora (1969) de que todos os homens são condicionados, até mesmo aqueles que condicionam o comportamento de outros, porque se tornam condicionados pelo próprio movimento de condicionar.

Estando em condicionamento mútuo os homens se valem de relações que separam e unem os homens entre si (Arendt 1969, p.51), essas relações de poder, que nem sempre são entendidas dessa forma, se qualificam como relações políticas.

### 3.2 A COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

Como a filosofia e a história demonstram por meio das pesquisas e estudos embasados muitas e significativas mudanças de cenário político e econômico alteraram o trajeto do cenário vigente. Em todas as alterações, motivadas pelas mudanças de perspectivas de ordem política e econômica, havia disputa de poderes e ampla busca de atuação do povo ou da massa representada. Mesmo que houvesse conflitos, existiam relações de poder entre todas as representações por mais íntima que pudesse se caracterizar.

Embora inúmeras dessas alterações tenham acontecido desde a aparição de vida na Terra, existe uma característica que sempre esteve presente com as relações: a comunicação. A comunicação é uma continuidade da relação entre pessoas, e contato nesse nível sempre existiu, porém com certa sutilidade e até esquecimento de que ela precisava ser pelo menos planejada. Atualmente a comunicação ganha destaque, muito mais do que os conflitos resultantes de relações de guerras porque estamos na chamada Era da Informação.

Philip Lesly (1995, p.7) já preconizava que o extraordinário processo em que a comunicação está ou estava, é mais do que um acelerador de mudanças. Lesly afirma que a explosão da comunicação causou um padrão novo nas dinâmicas da sociedade, chegando a

ultrapassar o impacto obtido com o surgimento da escrita e da imprensa, no ponto de uma força revolucionária. Embora sejam afirmações um tanto quanto apocalípticas, são insinuantes de reflexões relevantes e validam pelo menos a ideia de uma revolução.

Percebe-se que a realidade das instituições públicas ou privadas se altera constantemente na Era da Informação que se desenvolve rapidamente ao lado do processo de revolução citado acima. Assertivo Fortes (2002, p.39) defende que há um dissolvimento dos fundamentos da antiga ordem, os quais defendiam os valores nacionalistas, o estatismo imobiliário e o corporativismo. O que garante esta mudança de cenário continua o autor, é a substituição dos fundamentos antigos pelos recentes, como o reconhecimento dos direitos civis e das questões sociais, ecológicas e éticas.

As mudanças acontecem diariamente e numa velocidade extraordinária. Isto se deve também ao avanço na tecnologia quase contínuo que altera diretamente o desenvolvimento de questões como educação, comunicação, mobilidade, política e do tempo. Os passos do progresso da Era da Informação surgiram com rapidez, de acordo com Lesly (1995 , p. 2) em um século surgiram o cinema, os discos, o rádio, a televisão, o telefone e acrescentaríamos a internet e as redes sociais online.

Nesse contexto de desenvolvimento tecnológico para acesso às informações e pessoas ampliou o que Lesly (1995, p.2) denomina de consciência e julgamento pessoais. A geração participativa deste contexto investe um tempo significativo em buscas pela internet de informações sobre determinado ator ou instituição e por isso apreende inúmeros aspectos para embasar seus julgamentos futuros. As ideias construídas por essas pesquisas irão desencadear um processo comunicacional infinito em que as informações tenderão a caminhar constantemente entre as conversas cotidianas.

Mesmo com o nacionalismo, o estatismo imobiliário e o corporativismo atuantes em grande escala e todo o avanço tecnológico houve uma mudança de perspectiva de relacionamento. Antes as relações eram pensadas da instituição para os públicos, atualmente as relações são planejadas de acordo com as expectativas dos públicos para as instituições. Questões de credibilidade e políticas públicas, os direitos civis, sociais, éticos e ecológicos estão sendo lembrados na maioria dos processos de comunicação.

O reconhecimento dos direitos civis e das questões sociais são um dos principais fundamentos em que essa pesquisa se preocupa em utilizar. A relação entre Estado e cidadão está nessa questão objetiva: direitos sociais e civis, inclusive ao acesso à informação na Era da Informação. Não somente as instituições do segundo ou terceiro setor precisam de aceitação do público para se firmar, mas tanto quanto os primeiros as instituições públicas e seus atores

precisam de apoio do povo para sobreviver em equilíbrio de convívio, financeiro e de credibilidade.

Além desse apoio social, é essencial que haja uma organização própria na esfera pública, porque a comunicação não poderá sozinha inverter situações já sustentadas culturalmente no setor seja ele privado, seja ele público. Como afirma Torquato:

O desafio da comunicação na instituição pública é aproximar seus serviços da sociedade. Ocorre que a comunicação sozinha não faz milagres. Se o serviço público é ruim, a comunicação não vai consertar a imagem da administração. (TORQUATO, 2002, p.83-84).

Atualmente, as atitudes dos indivíduos estão diretamente relacionadas com o que Lesly (1995, p.02) apresenta como clima humano. De acordo com o pesquisador norte-americano, as atitudes determinam o movimento de todas as parcelas da sociedade. Como acontece com o clima temporal que interfere na roupa que sairemos de casa pela manhã, o clima humano interfere em como os indivíduos agem de acordo com a ação e reação dos órgãos públicos, por exemplo.

A psicologia confirma a questão do clima humano com a perspectiva da teoria da Psicologia Social. De acordo com Ferreira (2010), as temáticas da Psicologia Social se atualizam com passar dos anos e atualmente, as principais temáticas são: cognição social, as atitudes e os processos grupais. Colocando duas temáticas para outro momento vamos analisar que a teoria compreende sobre as atitudes. De acordo com Fabrigar e Wegener (2010<sup>5</sup> *apud* Ferreira, 2010, p. 55), as atitudes podem ser entendidas como avaliações gerais e duradouras, variáveis de um extremo positivo a um extremo negativo, dos objetos presentes no mundo social, o que abrange pessoas, grupos, comportamentos etc.

Ou seja, as atitudes são variáveis de acordo com as opiniões construídas ou recebidas. Diagnosticando essa particularidade de atitudes do público é o momento de reconhecer a defesa de Lesly (1995, p.3) sobre o quanto o papel da profissão e do profissional de Relações Públicas é preponderante para lidar com o clima humano. O desenvolvimento da atividade surgiu da necessidade de sentir o direcionamento, analisar e ajustar o clima humano e assim buscar a direção para ele.

Segundo Fortes (2002, p. 41) as Relações Públicas assumem um posicionamento político essencial na moldagem entre as instituições e os públicos. O professor ainda defende

---

<sup>5</sup> Fabrigar, L. R. & Wegener, D. T. (2010). Attitude structure. Em R. F. Baumeister & E. J. Finkel (Orgs.), **Advanced social psychology: The state of the science** (p. p. 177-216). New York: Oxford University Press. Fein, S., & Spencer, S. J

que as ações de comunicação planejadas elevam o nível de entendimento, solidariedade e colaboração na interação recíproca entre o comunicante e o comunicado. Dessa forma vigora um processo de interação de interesses legítimos para promover o desenvolvimento recíproco da comunidade a qual pertencem os indivíduos relevantes para aquela ação do setor de comunicação social ou Relações Públicas.

Lesly (1995, p.9) garante que no contexto atual possivelmente as mais importantes forças que afetam as organizações públicas e privadas é a opinião das pessoas. Seguindo a premissa inerente a atividade de Relações Públicas, podemos induzir que tudo que uma organização faz ou não faz afeta a opinião de alguém.

É importante que o embasamento teórico de qualquer pesquisa seja feito com cautela e responsabilidade, no caso deste projeto de pesquisa há uma particularidade de que a pesquisadora é graduanda em Relações Públicas. Segundo Casali (2009) a disciplina de Relações Públicas se destina principalmente na compreensão de como a opinião pública percebe uma organização ou pessoa e como os assuntos públicos afetam as questões destes. Portanto, mais um motivo para a escolha da temática de comunicação pública para embasar a pesquisa bibliográfica.

Nos últimos anos, o processo de comunicação governamental e política passou por uma evolução. Está esgotado o ciclo do processo de comunicação restrito à operação clássica de Assessoria de Imprensa, cujo fundamento é a cobertura de atos rotineiros do governo e da presença do governador e do prefeito nas mídias locais, por meio de entrevistas e análises. (TORQUATO, 2003, p. 141).

Arendt (1969, p.69) destaca que atualmente a admiração pública é uma característica a ser utilizada e consumida como um status. Esse status se transformou em uma necessidade tal qual o alimento, contudo esse satisfaz a fome e àquele a vaidade individual. A análise de notícias são um meio de pesquisar a admiração pública, assim, cabe ao diplomado em Relações Públicas entender o quanto essa prática é fundamental para suas ações estratégicas. Entende-se ao longo de toda a graduação que cabe ao Relações Públicas pesquisar, estudar, analisar e avaliar critérios e posições condicionadas sobre a imagem do sujeito ou instituição, sendo ainda mais preciso na condição pública.

Sendo assim, para o trabalho de conclusão de curso da graduação em comunicação social com habilitação em Relações Públicas se faz coerente a análise de notícias para reflexões sobre a análise de práticas de comunicação. O controle público deve ser realizado com frequência e cabe a esse pesquisador contribuir para ferramentas a fim de auxiliar esse processo de controladoria.

### 3.3 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A necessidade de o cidadão obter informações de seus governantes sobre os atos realizados por eles é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Nela se estabelece como um dos fundamentos democráticos do cidadão exigir dos governantes informações que digam respeito aos seus interesses.

A comunicação pública vai além do que Brandão (2006<sup>6</sup>, p. 5 *apud* Silveira 2008, p.15) expõe a qual a comunicação pública é aquela que estabelece um processo informativo e comunicativo entre o Estado e o cidadão. Embora, de certa forma a afirmação esteja correta, a comunicação pública é a comunicação dirigida a todos os públicos sejam eles eleitores, consumidores, voluntários, funcionários, etc.. Como garante Zémor (2003 *apud* Barreras 2013, p.44) a partilha de informações de interesse ou utilidade pública define a comunicação pública.

Para se iniciar quaisquer reflexões a respeito do assunto que aqui será refutado é necessário distinguir a comunicação pública estatal e a comunicação pública governamental. O presente trabalho tratará da comunicação pública estatal em específico segundo Weber (2006, 2011 e 2004), contudo serão apresentados pontos destacados por Torquato a respeito da comunicação governamental em razão do seu conhecimento dentre os pesquisadores e profissionais da área.

O conceito de Comunicação Governamental cria técnicas adequadas para a construção e manutenção da atividade na administração pública. Buscando uma melhor interação entre os governantes e a imprensa e colaborando para o fortalecimento da gestão de comunicação.

O acesso à informação pública é um dos direitos do cidadão previsto na legislação atual por meio da LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. A legislação descreve no Art. 1º que esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações. A informação pública é um bem da cidadania e por isso deve estar acessível à sociedade civil porque é a partir do conhecimento dos investimentos, ações e planos públicos que se é possível ter controle sobre o poder público e fazer os questionamentos necessários.

---

<sup>6</sup> BRANDÃO, Elizabeth. **Usos e significados do conceito de comunicação pública**. Trabalho apresentado no núcleo de pesquisas de Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VI Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom. 2006, , p. 5 *apud* Silveira 2008, , p. 15.

Os programas de comunicação na administração pública devem ser espelhados em funções baseadas em princípios éticos e técnicos específicos para a divulgação das ações governamentais. Torquato (2002) aponta dez funções que a comunicação governamental deve exercer elencadas a seguir:

A primeira delas é a integração interna que é permeada por um sistema de comunicação que garante o bom fluxo de informações no nível interno. Dessa forma se garante a motivação do ambiente organizacional para a execução das metas. O que se refletiria na possível morosidade do sistema já mencionado acima.

Expressão de identidade vem a ser uma boa política de comunicação integrada que minimiza os efeitos das crises geradas por desintegração das estruturas e equipes. Reconhecer trabalho do outro como tão importante quanto o de si próprio poderá evitar a dissonância na linguagem utilizada internamente e conseqüentemente também no seu clima interno. Esse é um aspecto inclusive utilizado na Psicologia Social para integração de grupos sociais.

O lançamento de valores é uma maneira de o sistema de comunicação contar com uma linguagem que valorize a identidade da instituição para alimentar a cultura interna e projetar o conceito desejado aos públicos-alvo. Valores consolidados transmitem segurança e sentido àqueles que de alguma forma se relacionam com a instituição, portanto essa é um dos passos mais seguros no caminho de conquista do indivíduo para a marca. Nesse sentido a comunicação é uma das principais aliadas dos cargos de liderança, porém o concreto sentido dos valores exigirá esforços de todas as camadas hierárquicas da instituição.

Base de cidadania, essa função consiste no entendimento da administração pública sobre seu dever de informar, pois a informação é um direito do cidadão. Já a função orientadora do discurso do dirigente é uma das exigências mais essenciais da comunicação dentro da administração pública porque se concede a ela função estratégica na orientação de seus superiores. Em momentos futuros refletiremos melhor sobre o processo de direitos à informação, de cidadania e democracia pertencentes ao âmbito público do cenário da sociedade.

O mapeamento dos interesses sociais sugere o uso da comunicação como ferramenta de pesquisa para o planejamento estratégico da administração pública. Nesse sentido se define eixos de atuação para atender às demandas da sociedade. Em seguida o autor cita também a orientação aos cidadãos sendo a comunicação uma fonte de educação, que orienta a sociedade na transmissão de valores para outros grupos e outras gerações.

A democratização do poder é uma função política que determina a partilha do poder, conforme o acesso à informação. Por sua vez também há a sugestão da integração social,

função que promove a interação eficiente e eficaz de vários grupos pelo elo informativo, ou seja, é aquela que possibilita o diálogo entre a sociedade por meio da disponibilidade de informações.

Por fim e não menos importante, há o instrumento a serviço da verdade, a qual essa deve ser fonte de inspiração da comunicação governamental. É um dever ético, servindo aos valores básicos da sociedade democrática. É um direito do cidadão receber informações verossímeis de seus representantes eleitos de forma democrática desde antes do processo de escolha dos governantes.

Aliás, a verdade como premissa da comunicação deverá se encaixar em todos os níveis que a informação estiver inserida. Por menos influente que seja a informação, ela interfere em questões fundamentais de alguém, sempre. A era da informação apresenta uma tempestade de opiniões e notícias a cada segundo, porém nem esta e nem nenhuma outra razão deverá ser a motivação para o descarte da verdade em quaisquer situações.

Os conceitos apresentados acima demonstram em sua maior parte semelhanças com os de comunicação pública estatal que trataremos adiante. Contudo, ao nosso entender, esses são conceitos mais direcionados à padronização de procedimentos e sistemas internos da administração pública. Ainda sim, essencial ressaltar que Torquato defende que se precisam de planejamento e pesquisa porque a falta desses encontra o risco de se tornar obsoleta, com viés partidário e de pouca legitimidade para a mídia e o cidadão.

Acima foi esclarecido sobre a função política do profissional de Relações Públicas, que também está presente na estratégia de planejamento da comunicação pública. O surgimento da atividade se deu em consequência da grande exigência dos públicos sobre questões sociais, éticas, sustentáveis e etc. no âmbito privado, contudo de alguma forma se encaixa melhor no cenário público. Os dois pontos aqui são retomados para embasar o desenvolvimento histórico da comunicação e dos avanços da tecnologia que não somente transformou clientes, mas também transformou cidadãos.

Segundo Weber (2007, p.22) todas as ações e discursos estratégicos relacionados aos temas de interesse público caracterizam o âmbito da comunicação pública. Sobre a definição de espaço, a autora acrescenta que na comunicação pública os temas abordados são provenientes de diferentes sistemas de comunicação estruturados nas instituições públicas e privadas. Portanto, quando há interesse público em determinada ação ou discurso, acontece a comunicação pública.

Sendo assim, a comunicação pública está presente constantemente na vida do cidadão, porque a partir do momento que ele vive em sociedade necessita de ferramentas e sustentação

para manter uma vida digna. É de amplo interesse público, por exemplo, as parcerias que o poder público faz para alcançar seus objetivos. Não seria relevante que o Ministério da Defesa firmasse parceria com uma empresa de armamentos que oferece armas com desconto ou gratuitamente a um grupo terrorista, seria financiamento de dinheiro público para auxiliar uma empresa com valores distantes do que a maior parte da sociedade aceita.

Para informar para os cidadãos se essa ação acontece ou não é necessário o estabelecimento de uma comunicação constante e precisa, também chamada de comunicação pública. Além disso, é essencial para o sujeito ou instituição pública a disponibilidade de uma comunicação com credibilidade e de amplo acesso. No Brasil, por ser um território amplo que abrange culturas bem diferentes, é exigível que um amplo estudo seja feito para alcançar a todos.

As relações de poder são uma das premissas do ato político, comum a todo e qualquer indivíduo, e os assuntos políticos sobre diversos níveis de relações de poder são de interesse público. Além disso, as pessoas são destinadas à comunidade e absorvem muitas expectativas comuns entre esses grupos. Portanto, é possível definir que as relações de poder, a política e a comunicação pública estão enraizadas no cotidiano porque ambos tratam de assuntos inerentes à vivência pública em sociedade.

Diferentemente de uma empresa privada que independente do tamanho, ramo ou localização estabelece públicos-alvo para desenvolver seus discursos e ações, as instituições de Estado necessitam se relacionar com todos. Conforme exposto acima, a comunicação é um meio para o equilíbrio das relações de poder, e por esse motivo a comunicação pública de Estado precisa estar atenta a todos os públicos da sociedade, pois esses buscam informações semelhantes e de interesse geral.

De acordo com Weber (2011, p. 101) o poder da comunicação de Estado está organicamente ligado à estratégia e na difusão combinada e em rede de informação, serviços e propaganda. Seguindo essa perspectiva a autora complementa que o poder Legislativo, Executivo e Judiciário conta com sofisticados sistemas gerenciadores de mídias capazes de produzir e gerenciar informações destinados a grupos de projetos específicos, dessa forma se torna possível disputar com os veículos as versões sobre a realidade.

O público de interesse de assuntos políticos de Estado ou da comunicação de Estado são todos os cidadãos, e a rede a qual Weber apresenta funciona. Todo esse planejamento de rede com estratégia envolve um grande número de profissionais habilitados para as funções, como relações públicas, publicitários, jornalistas e eventos. O principal objetivo desta

ininterrupta preocupação é provocar visibilidade e credibilidade em torno de informações de interesse público para as instituições e sujeitos políticos.

Na análise sobre as espionagens estadunidenses no Brasil, a qual se propõe esta monografia, a comunicação pública de Estado é tratada em específico porque a pretensão é estudar um órgão do poder Executivo, o Ministério da Defesa. Ainda, a perspectiva cidadã também é relacionada com o âmbito público, validando o contexto da política de Estado como um interesse público que precisa se comunicar com todos os grupos de representações sociais.

Além disso, de acordo com Weber (2011), o poder executivo detém a maior capacidade de investimentos – informação, propaganda e mídias - para dar visibilidade às ações públicas e potencializar positivamente a imagem pública de instituições e sujeitos públicos. Esta estratégia é conveniente sob o aspecto da constante fiscalização da mídia sob o poder Executivo.

As demandas sociais exigem respostas e posicionamentos do poder público com rapidez, clareza e multiplicidade pelas razões já apresentadas acima. Como aponta Brandão (2006, p.6) a comunicação pública de Estado é uma maneira legítima de prestar contas à sociedade civil sobre as atividades e ações realizadas por àqueles e que são de interesse dessa. A comunicação pública nada mais é do que um serviço de prestação de contas exclusivamente dado aos públicos, o qual se torna mais influente no cenário público em razão de que o Estado é um poder representativo de cidadania.

Segundo Weber (2011) esta maneira legítima de prestação de contas acontece por uma dezena de sistemas processuais de planejamento e estratégia. No entanto, citaremos os cinco que se encaixam mais objetivamente com o estudo aqui apresentado, são eles: a publicização; o debate público; a prestação de contas; as mídias públicas e as relações públicas.

A publicização é o termo sinônimo da disponibilização de informações que permitem ao cidadão conhecer a instituição que deve defender os seus interesses. O Estado tem obrigação de informar o cidadão, para conseguir isso são necessários meios acessíveis de dispositivos como agenda, bibliotecas virtuais (arquivo disponível on-line), blogs, curiosidades (acerca de instituições do poder público), currículos de personalidades públicas, descrição de cargos, discursos e pronunciamentos, estatísticas, estudos, ferramentas e aplicativos de uso pessoal, gráficos, histórico de instituições, informes institucionais, missão (das instituições públicas), notas (à imprensa ou ao público em geral), organogramas, pesquisas, entre outros.

É essencial que o Estado efetive uma comunicação pública eficiente para que seja realizada a publicização da verdade com credibilidade e não apenas com o objetivo de tornar

positiva a imagem da instituição ou sujeito político. Há dezenas de meios capazes de tornar essa publicização eficaz, garantindo mais oficialidade nas informações públicas que geralmente são divulgadas pelos veículos.

O orçamento participativo é exemplo do segundo sistema processual de comunicação pública, o debate público. Neste sistema o aspecto fundamental é que temas de interesse público são colocados em debate a fim de obter informações e dados para deliberações. Esses espaços possibilitam ampla participação do cidadão, as consultas públicas e os debates, assim como as pesquisas, os fóruns, etc., representam um nível avançado nas atividades baseadas na comunicação pública.

O terceiro sistema relatado no presente trabalho, que é sugerido por Weber (2011) é o de prestação de contas, também conhecido como *accountability*. Esta atividade consiste em uma exigência presente nas regiões democráticas, pois permite ao cidadão acompanhar e controlar o planejamento e os gastos com o dinheiro público. O mesmo termo é utilizado por Thomas Hobbes na obra O Leviatã, segundo o filósofo o termo *accountability* está próximo ao controle social, em que é essencial que o representante político demonstre a sua representação. Rocha (2013 p.82) citando Bobbio sobre o termo afirma que:

Há consenso entre os autores de que a *accountability* - entendida como um processo de avaliação e responsabilização permanente dos governantes em razão do poder que lhes é delegado pela sociedade - é um fator essencial para a manutenção, desenvolvimento e consolidação da democracia (BOBBIO, 1986; CAMPOS, 1990; O'DONNELL, 1998; SCHEDLER, 1999; ARATO, 2002; ABRUCIO e LOUREIRO, 2004; KENNEY, 2005; PINHO e SACRAMENTO, 2009). Por outro lado, a democracia é tida, para além de um regime de governo, como um valor social que, mercê do senso comum, deve ser desenvolvido, consolidado e preservado, pois significou não só a transferência do poder soberano para o povo, mas a própria ampliação dos direitos de cidadania a todos os indivíduos. É “o governo representativo, exatamente aquela forma de governo que hoje nós [...] chamamos de democracia e contrapomos a todas as formas velhas e novas de autocracia” (BOBBIO<sup>7</sup>, 2007, p. 150 *apud* ROCHA 2013, p. 82).

Um exemplo da *accountability* é o portal da transparência. Segundo o próprio portal, ele tem como objetivo aumentar a transparência da gestão pública, permitindo que o cidadão acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e ajude a fiscalizar assuntos referentes a ele. Por se tratar de um plano de uma instituição pública, também é uma maneira dos representantes exporem suas ações.

---

<sup>7</sup> BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 150 *apud* Rocha, 2013 p. 82.

As mídias públicas veiculam informações políticas, sociais e culturais, seja por propaganda, seja por caminhos institucionais. Dentre os meios aqui colocados e sugeridos pela autora estão as emissoras de rádio e televisão públicas e se acrescenta também os sites públicos. Este último que se configura exatamente junto ao presente trabalho, uma vez que o site do Ministério da Defesa será pesquisado a fim de alcançar os objetivos propostos.

Por último, e não menos importante, lista-se a parte de Relações Públicas, já desenvolvida anteriormente. Dentre as atividades dos profissionais e da área de Relações Públicas estão as formas de relacionamento da instituição com o uso estratégico de instrumentos e canais que permitem o diálogo personalizado entre um cidadão (ou um grupo restrito de cidadãos) e o ator público.

Concerne a área de Relações Públicas planejar as estratégias referentes aos relacionamentos entre organização e públicos, neste caso entre Estado e todos os públicos. Lembrando que o desenvolvimento da atividade surgiu da necessidade dos chamados detentores do poder de sentir o direcionamento, analisar e ajustar o clima humano e assim buscar a direção para o melhor relacionamento.

De modo geral a teoria de comunicação pública foi apresentada acima. Weber (2011) apresenta em resumo os cinco os pontos fundamentais da democracia que naturalmente solicita as atividades preconizadas na comunicação pública, são elas: Dever de informar, dever de publicar, acessibilidade, transparência e participação. Cabe aos comunicadores, instituições e sujeitos políticos buscarem os melhores instrumentos e ferramentas para informar os seus públicos, principalmente os atuantes no primeiro setor.

Quando se trata de um setor de inteligência de segurança nacional que lida com questões históricas de guerras, batalhas e de interferências na área política esta tarefa pode ser um pouco mais complicada. A fim de se entender melhor o âmbito que a assessoria de comunicação social do Ministério da Defesa está localizada nas próximas linhas irá se discutir sobre este contexto especificamente, inclusive porque a política de Estado como um interesse público necessita de comunicação com todos os grupos de representações sociais.

De acordo com Weber (2000) os processos políticos sempre se demonstraram com exposição para a sociedade, buscando o convencimento, a confiança e a obediência. Por isso exemplos disponíveis para estudos da comunicação pública são facilmente encontrados. Contudo a denúncia de que espionagens seriam feitas em embaixadas brasileiras e por meios online ainda não haviam surgido ao longo da história nacional.

A ressalva acima apresenta duas situações: a de pioneirismo como acontecimento e a de que novas estratégias de convencimento, confiança e obediência ganharam espaço de argumentação e de atuação para os atores e instituições políticas.

### 3.4 IMAGEM PÚBLICA

Segundo Weber (2004, p. 260) a imagem pública é constituída no espelho, entre a informação e o olhar em uma perspectiva de dúvidas e certezas do receptor em relação ao seu autor e à própria informação. Por isso, segue a autora, a construção da imagem pública é um fator essencial à visibilidade e ao reconhecimento do sujeito ou da instituição política.

Sua importância acontece enquanto dispositivo acionado pelos pactos e disputas de poder entre os sujeitos, as instituições e a mídia da comunicação social da contemporaneidade Weber (2004, p. 261). A realidade exige dos atores a busca de imagem favorável na maioria dos setores sociais a fim de conquistar mais simpatizantes e apoiadores. Quando falamos de imagem pública na política a situação não é diferente, uma vez que os apoios são essenciais para se chegar onde se deseja.

Como afirma Weber (2004, p. 266) todos os atores políticos desejam a aprovação pública se tornando dependentes de outras visibilidades não específicas do campo político. A disputa de poder entre os sujeitos garante o caráter também político da questão de imagem pública. Além disso, não somente há disputa na visibilidade pública, mas também no espaço na memória para tantas informações recebidas diariamente.

As ações acontecem consciente ou inconscientemente e acarretam uma imagem, mesmo que planejada não é possível prever se no geral a informação, o evento, a atitude ou o discurso terá consequência positiva ou repercussão na mídia. Weber (2004, p. 266) afirma que as informações e sinais são estrategicamente montadas como ações de atores públicos, que por ser pública provocam interesse público e dependem da vontade da mídia para repercutirem.

Lembrando que uma ação só terá ampla condição de provocar algum sentido abrangente se conquistar repercussão midiática e lembrança e relevância para os líderes de opinião. Em alguns casos é desejo do sujeito ou da instituição política que nada seja repercutido porque já demonstraram que se forem divulgados serão julgados e criticados

negativamente. Porém, a divulgação ou não dependerá muitas vezes de sorte, uma vez que outros atores podem vir a se aproveitar do fato para garantir visibilidade positiva a eles.

Em todo o processo acontecem construções e desconstruções de verdades e legitimidades tanto dos atores quanto dos chamados espelhos, como as mídias e espaços (WEBER, 2004). Um exemplo disso que vai ao encontro do nosso objeto de estudo são os dados de uma matéria da Revista *Época*, edição de julho de 2014. O texto expõe dados de uma pesquisa realizada pelo *Pew Research Center* a qual demonstra que perante os brasileiros a imagem do Presidente dos Estados Unidos sofreu abalo negativo após a divulgação de espionagens estadunidenses no Brasil.

Segundo pesquisa, a porcentagem dos brasileiros que têm confiança em Obama em relação aos assuntos internacionais (A) era de 69% em 2013 e passou para 52% em 2014. Já os que veem os EUA de modo favorável (B) caíram de 73% para 65% no mesmo período. Além disso, os que afirmam que os EUA respeitam as liberdades individuais (C) em 2013 eram de 76% e em 2014 passou para 51%.

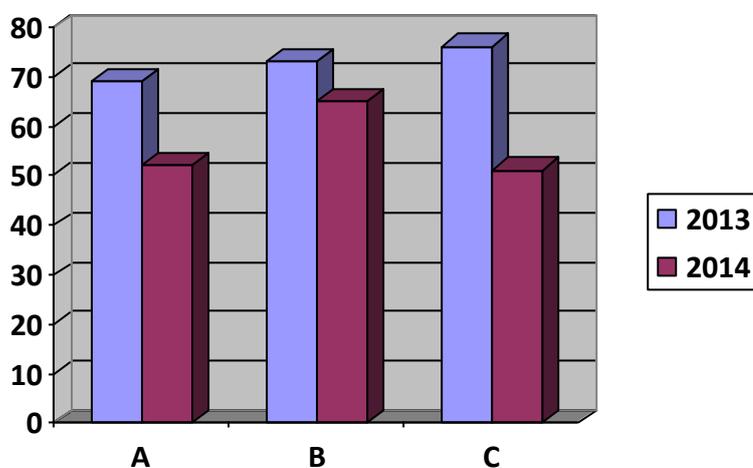


Gráfico1: Imagem de Barack Obama perante os brasileiros.

Fonte: próprio autor com base na pesquisa *Pew Reserch Center* (*Revista Época*, 2014)

Ainda que sejam números positivos, longe de serem considerados péssimos, demonstram que a queda na perspectiva favorável de Obama e dos Estados Unidos foi considerável. O que comprova que embora a imagem pública esteja no âmbito do individual ela interfere na vida das pessoas como um todo – atentar para a diminuição dos que veem os EUA (País) de modo favorável - porque ela é inerente ao exercício da política e de seus representantes.

Esse resultado é consequência das imagens geradas na esfera da política estetizada, termo apresentado por Weber (2004). Segundo a autora os sujeitos e as instituições são comparados em complexas instâncias de visibilidade opacidade e ocultamento mostrados nas mídias; da crítica e das paixões dos receptores das informações; das opiniões expressas no âmbito da opinião pública por meio dos formadores de opinião e das manifestações sociais.

Ultrapassando a fonte de origem dos dados da pesquisa apresentada acima, os entrevistados seriam os receptores das informações. Percebemos que as informações já coletadas e organizadas como notícia se colocaram em outra instância: a de visibilidade, opacidade e ocultamento do acontecimento na mídia. Caso algum jornalista âncora de um radiojornal nacionalmente transmitido venha a comentar a matéria da revista *Época* junto aos dados contidos nela chegará também à instância de opinião pública.

Portanto a teoria e a prática se unem de forma complementar para entender cada uma em seu âmbito de origem. O exemplo acima rapidamente colocado iniciou as reflexões que a partir de agora serão mais bem discorridas sobre a imagem pública. De acordo com (Weber, 2004, p. 263) a imagem pública é conceitual e visual, individual e social, real e abstrata.

A imagem está relacionada à significação, emoção e estética por meio da memória, do olhar e do pensamento. Por causa dessas relações ela precisa obter o máximo de universalidade e proximidade do cidadão e da política, assim se torna mais eficaz a sua assimilação (WEBER, 2004, p. 261). Por estar ligada a aspectos como a memória e a emoção a construção da imagem no público é pouco controlável pelo sujeito ou instituição que divulgam suas informações a fim de ter um resultado positivo.

Mesmo que seja intangível a imagem pública existe, por meio quase sentimental, em cada cidadão. Não é possível demonstrar detalhadamente os motivos que integram a opinião de cada um, e por isso há desentendimentos entre indivíduos de mesmo grupo social que dividem muitos contextos semelhantes. A desinformação de algum fato poderá contribuir na falta de entendimento mútuo e por isso o caráter universal é fundamental.

Ainda assim, outros fatores são necessários para a construção da imagem pública, e a possibilidade de obter pontos positivos aumenta se todos esses fatores forem considerados. A visibilidade de casos construtivos deve acontecer em diversos meios de comunicação a fim de atingir o maior número de espectadores. O caráter sentimental deve ser forte o suficiente para ser sentido pelo número ou características de pessoas pré-estabelecido.

Weber (2004, p. 261) também acrescenta que essa parcialidade no controle da imagem acontece em razão do caráter persuasivo com sustentação nas argumentações passíveis de apoio e refutação que são mantidos pelas dúvidas. Seria esse o motivo que daria a

proporção de que a imagem pública é pouco controlável por qualquer que seja o sujeito ou instituição. Por mais assertivos que sejam os dados coletados a respeito do público-alvo não será possível uma previsão exata da consequência da ação do receptor.

A imagem pública de uma instituição ou sujeito político é consequência de um processo mental articulado e preciso, que de acordo com Weber (2004), conta com a análise da imagem conceitual, imaginação e imagens concretas. As informações conceituais são aquelas emitidas pelos sujeitos e instituições, sempre que são expostas entram em contato com a imaginação (imagem abstrata) e com os sentidos e o tangível (imagem concreta).

Voltando ao exemplo destacado acima, a baixa na confiança dos brasileiros sobre os Estados Unidos e Barack Obama é também relacionado ao discurso oficial brasileiro na época em que houve os indícios de que espionagens haviam acontecido. O discurso brasileiro foi de repúdio e desaprovação dos atos, ou seja, os representantes expuseram a mesma opinião da população, no que podemos perceber na análise dos dados aqui apresentados. Além do discurso posicionado de repúdio e reprovação, houve também a parte ativa, o cancelamento da presença da Presidenta da República aos Estados Unidos no mês de setembro de 2013.

A ação dos dois países interfere na sua imagem e em consequência disso também no seu relacionamento, muito além do que o visto acima, esse abalo pode trazer sérios transtornos às nações. Weber (2004, p. 264) garante que o estatuto da imagem determina e qualifica o estabelecimento de relações e negociações de todas as ordens. Nesse caso foram relações e negociação entre duas nações, porém, explica a autora, que o contexto poderia ser com a mídia, por exemplo.

Numa visão geral nenhum grande transtorno negativo aconteceu no fato das espionagens entre Brasil e Estados Unidos, que embora a relação tenha se estremecido não houve guerras ou semelhantes problemas destrutivos de curto prazo para a sociedade. Embora ainda não se tenha uma noção amplamente esclarecida das consequências que esse acontecimento trouxe e poderá trazer. Ainda é muito cedo para qualificá-lo nesses moldes. Trata-se aqui de uma forma generalista visto que este é apenas um exemplo tratado nesse capítulo e não o objeto de pesquisa escolhido para fins de análise na monografia.

Quando as exigências, as perspectivas e as considerações de um grupo são semelhantes é provável que em geral suas opiniões também sejam próximas. A cultura brasileira se revela de uma forma singular local. Porém, mesmo que haja divergências de comportamentos entre as regiões, há características culturais e reflexivas bem semelhantes dentro do território nacional. Por isso que, mesmo que os brasileiros no geral não tenham cessado as viagens para os EUA e nem as diplomacias tenham encerrado suas relações, a

imagem pública dos espionados em relação aos espiões ficou abalada, prejudicada, mal vista ou diferente negativamente da anterior a divulgação das espionagens.

Concomitantemente ao caráter ambivalente de conceitual e visual, real e abstrato e individual e social da imagem pública existe também a dúvida a respeito da verdade veiculada (WEBER, 2004, p. 263). Isso porque o discurso político sempre inclui o adversário e enquanto espectador o sujeito poderá avaliar, intermediar e criticar o movimento dos atores e sujeitos político e também usufruir da estetização da política como um acordo momentâneo entre sujeito e proposta.

É muito claro durante toda a argumentação da autora o quanto a credibilidade depende da legitimidade de quem fala da sua posição de fala, do poder lhe encarregado e do histórico de imagem pública do ator político (WEBER, 2004, p. 263). Como vimos no exemplo, nem mesmo os Estados Unidos da América e seu Presidente Barack Obama garantiram imagem positiva nas declarações a respeito das espionagens estadunidenses no Brasil. A pesquisa comprovou que a confiança baixou e dessa forma a imagem pública teve consequência negativa perante os brasileiros.

Em razão do seu caráter ambivalente citado acima, a imagem pública está num debate permanente dentro das disciplinas de filosofia, comunicação, sociologia, psicologia e antropologia (WEBER, 2004, p. 263). A razão dessa multidisciplinaridade é o seu olhar entre a ilusão e a realidade; entre a verdade, a falácia e a mentira; entre a visibilidade, o ocultamento e a opacidade.

A imagem pública é uma questão delicada e exige cuidado na sua organização e manutenção, e embora seja pouco controlável, garante ao detentor da imagem um prestígio completo ou um devastado fracasso. Como pudemos perceber no gráfico acima, em que a imagem dos Estados Unidos e de Barack Obama teve alteração perante os brasileiros após as denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil. Um acontecimento interfere diretamente na imagem de seus envolvidos, por isso a importância do cuidado com fatos delicados, porque assim como o vidro, a imagem depois de quebrada é difícil de reconstruir tão facilmente.

A temporalidade de uma imagem não é demarcada, podendo se inverter de um minuto para o outro e permanecer durante dias ou anos e até séculos. Por estar diretamente ligada à confiança e à credibilidade, a imagem pública positiva demora muito para ser conquistada e pode depender de segundos para ser afetada e até destruída. As denúncias de espionagens trouxeram à tona questões anteriormente pouco expostas, porém que de certa forma equilibraram um pouco mais o interesse público com a comunicação pública.

Motivado por todo esse cuidado, o planejamento e a manutenção da imagem pública exigem essencialmente boas ideias e organização sempre fundamentada em pesquisas. Mesmo baseando o processo em pesquisa não há garantias de sucesso completo, mas sem esses dados a chance de fracasso é quase certa. O tratamento de todos os envolvidos trará consequências que poderão ser louváveis ou não.

A comunicação pública de Estado será o fio condutor deste trabalho porque a pretensão é analisar as relações entre as notícias publicadas por uma instituição do poder Executivo Nacional e seus usos por parte da mídia de massa. De acordo com Weber (2011) o poder executivo detém a maior capacidade de investimentos – informação, propaganda, mídias - para dar visibilidade às ações públicas e potencializar positivamente a imagem pública de instituições e sujeitos públicos. O assunto principal será a denúncia de espionagens estadunidenses no Brasil e para entender melhor as análises vamos especificar o acontecimento em si.

### 3.5 A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DA DEFESA NACIONAL

A primeira questão a ser abordada nesse capítulo será o acontecimento. O conceito de acontecimento diz respeito àquela ação imprevisível que marca uma ruptura com a normalidade do dia-a-dia. Num segundo momento será discutida a relação entre defesa e democracia, estabelecendo relações entre dois assuntos de extrema relevância para as relações entre Estados. Para finalizar as reflexões sobre internet e o acesso público desta.

De acordo com Coelho (2013) acontecimento é permitido a partir da visibilidade e dos problemas e temas fundados no interesse público e está fortemente ligado aos processos de comunicação pública. Alguns dos aspectos que serão aqui apresentados já foram expostos no capítulo referente à comunicação pública por se tratarem de assuntos que conversam harmoniosamente bem. Em tempo de sublinhar a tamanha dificuldade de encontrar textos que dissertem sobre acontecimento público, quase a totalidade de discussões se tratam de acontecimento jornalístico.

Deleuze (1998) apresenta que o acontecimento é singular e acontece na ordem da superfície, mas que produz movimentos que se encaminham para o que o autor define como estado das coisas. Meditsh (2010) disserta a respeito do acontecimento junto ao conceito de construção social da realidade. A aplicação do termo de acontecimento para o jornalismo aconteceu inicialmente pela socióloga Gaye Tuchmann em 1978 em razão do seu interesse e hipótese de que a mídia jornalística define o contexto em que os cidadãos discutem assuntos públicos.

Após 11 anos de estudos a socióloga afirmou que não conseguiu provar sua hipótese, mas que continuava acreditando nela. Quando Eliseo Verón estudou a cobertura jornalística do acidente na Central Nuclear de Three Mile Island em 1981 ele afirmou que: (2010, p.21 e 22)

Os acontecimentos sociais não são objetos que se encontrem já feitos em alguma parte da realidade e cujas propriedades pelos meios de comunicação com maior ou menos fidelidade. Eles só existem na medida em que esses meios os elaboram. [...] Os meios informativos são o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade. (Verón, 1995, p.11)

Miguel Alsina (apud Meditsh 2010, p.22) afirma que a realidade social é criada pela mídia porque os acontecimentos chegam para nós mediados pela mídia e são construídos por sua realidade discursiva. Para o autor, a realidade social depende completamente da prática

produtiva do jornalismo. Embora as apresentações acima tenham condições factuais, devemos lembrar da ascensão das mídias sociais online que se tornam um meio alternativo ao jornalismo de divulgação de informações.

Resgatando um princípio apresentado anteriormente enquanto o assunto era a comunicação pública, uma ação só terá ampla proporção de sentido caso consiga uma repercussão midiática relevante. O acontecimento se tornando relevante para a mídia e tendo ampla divulgação, caso seja um acontecimento público, terá iniciado o seu processo de comunicação pública. Nesse momento seguirão todas as premissas já apresentadas anteriormente.

Assim como a comunicação pública lida com os contextos de análise da imagem conceitual, da imaginação e das imagens concretas, o acontecimento acontece de fato para a sociedade junto a outros contextos porque não somente da mídia provém as informações.

Queré (2005<sup>8</sup>, p.60 apud Lana 2012, p.10) defende que um sem número de categorias de acontecimentos seja possível de serem categorizados. Assim como existem os acontecimentos esperados, existem os surpreendentes; também existem os cotidianos e os marcantes que podem se tornar uma referência na história de vida individual ou coletiva.

Relacionando os o capítulo anterior com esse, podemos refletir a respeito do acontecimento público. De acordo com Weber (2011, p.190) o acontecimento público tem possibilidade de permanecer em pauta por tempo não determinado, obviamente, se vir a se tornar um espetáculo político-midiático. O caso das espionagens estadunidenses no Brasil em 2013 é um exemplo recente sobre acontecimento público, porque além ter permanecido em pauta por um longo tempo, seguidamente ele é lembrado na relação com assuntos semelhantes

Segundo a autora, o acontecimento público poderá ser identificado por meio de citações futuras em discursos e resgates do assunto pela mídia. Alguns critérios são inerentes ao acontecimento público, e de acordo com Weber (2011, p.190) são eles:

A natureza do acontecimento e a sua estrutura vital; a qualidade do acontecimento (a essência que permanece o mantém vivo); autonomia do acontecimento (em relação a instituições, tempo e modo de ocorrer); passionalidade no acontecimento (capacidade de mobilizar paixões individuais e coletivas); ideais coletivos do acontecimento (identificação coletiva com ideais comuns) e os rituais de origem do acontecimento (reconhecimento de ritos atávicos). Weber (2011, p.190)

---

<sup>8</sup> QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, , p. 59-75 , 2005, , p. 60 apud Lana 2012, , p.10.

Destacamos aqui a importância da identificação do acontecimento público, porque conforme percebemos, ele direciona muitos aspectos da sociedade que pertence e poderá responder a muitas perguntas muitas vezes intrínsecas ao cotidiano. O acontecimento permanece vivo porque prospecta da identificação de alguém e dali retira a sua energia para sobrevivência. A autonomia que poderá ser desenvolvida também exige real atenção da via que busca sobre como e o porquê do seu amplo destaque até a transformação, quanto da via inversa a que busca descobrir a base do acontecimento público.

A sobrevivência do acontecimento poderá partir do público, da mídia, ou de poderes institucionais, de acordo com a viabilidade e visibilidade desejadas por cada um. Weber (2011, p.190) expõe que o acontecimento poderá estar presente na memória coletiva no período de tempo suficiente para satisfazer as vontades dos meios de comunicação ou de instituições políticas. Diversos fatores influenciam nos critérios inerentes a definição de um acontecimento público, a seguir destacaremos objetivamente uma breve descrição de cada um, levando em conta as exposições de Weber (2011, p.190-195).

O primeiro deles é a natureza a qual o acontecimento público responde. Ao se tratar de um acontecimento proveniente do setor público há de se ter ciência de que esse tem forte interferência em questões cotidianas por lidar com processos burocráticos e acessos vitais para a sobrevivência. Por outro lado, os acontecimentos sociais enraízam suas forças na mobilização da sociedade e de indivíduos em razão de assuntos religiosos, políticos, passionais.

A qualidade e a essência do acontecimento, conforme discutido acima, dependerá da qualidade e importância desejadas pelos poderes envolvidos em prosseguir na alimentação do acontecimento público para mantê-lo vivo. Para a sobrevivência a manutenção temporal a sua amplitude são bem importantes, e há duas formas de especificá-las, uma é o caráter de fato impactante ou inusitado ou aquele planejado estrategicamente para fluir.

A permanência de um acontecimento público dependerá do nível de subordinação que ele tem para instituições e sujeitos da política, da economia, da cultura, da mídia, entre outros. As associações do acontecimento público podem determinar sua sobrevivência, uma vez que provavelmente quanto mais associações mais haverá questionamentos e especulações. Um bom exemplo é o próprio caso de espionagens estadunidenses no Brasil, em que as associações eram diversas tanto com sujeitos e instituições públicas quanto com sujeitos e instituições privadas de dois países, principalmente, influenciando muitas especulações e dúvidas.

O impacto individual ou coletivo, bom ou ruim, alegre ou triste de um acontecimento será consequência do grau de passionalidade deste. Os sujeitos são movidos por paixões e conseqüentemente o impacto do acontecimento se dará de forma sentimental e por identificação do indivíduo ou do coletivo por determinado acontecimento. Esse é um dispositivo realmente estratégico para se alcançar os objetivos de um acontecimento, quando planejado.

A autora destaca que a estrutura vital do acontecimento está nas paixões, porque é nesse momento que o indivíduo ou o coletivo são atraídos pelos poderes que centralizam e energizam o acontecimento público (WEBER, 2011, p.194). Comparados aos relacionamentos de eleitor e candidato em eleições que acontecem por identificação e afeto, o acontecimento seria uma característica do candidato que foi admirada num primeiro momento e que sustenta a escolha por um período determinado ou não. Assim, se o candidato perder a característica, se nada mais sustentar a escolha, como a visibilidade frequente, a identificação terminará e o voto naquele candidato também.

Já o ideal coletivo do acontecimento depende da ocorrência deste em um território físico ou simbólico, isso porque o indivíduo necessita se ver e ao mesmo tempo identificar a si como parte de um todo. O grupo serviria como uma espécie de representação social ao indivíduo por se tratar de um conjunto de conceitos e proposições criados na vida cotidiana da e a sua principal característica positiva é a sua contribuição para construção de uma realidade comum a um grupo social. Conforme desenvolvimento dos estudos da Psicologia Social, Moscovici (1984) expõe que a função das representações sociais é dar sentido ao desconhecido, transformando o não familiar em algo familiar.

Para finalizar as características que Weber (2011, p.190-195) expõe, temos os rituais de origem do acontecimento. A autora define que todos os acontecimentos têm ritos, cerimônias e protocolos que permitem que os indivíduos exponham suas paixões com o coletivo que divide a paixão com ele. No principal exemplo que temos utilizado, o das espionagens estadunidenses no Brasil teríamos, por exemplo, os encontros internacionais de líderes de Estados.

Inclusive, porque o acontecimento perdura por um amplo período de tempo, essa é uma de suas principais características, e em outros momentos de realizações de encontros internacionais de líderes de Estado o assunto voltou à tona. Comumente enquanto havia a notícia de que reuniões aconteceriam, a notícia vinha com uma retomada do assunto do estremecimento da relação entre o Estados Unidos e o Brasil, fortalecendo a justificativa das

relações de poder na política e do uso da divulgação de que haveria espionagens estadunidenses no Brasil como um acontecimento público.

Planejados ou não, os acontecimentos públicos recebem essa denominação pelas peculiaridades apresentadas, porém é importante ressaltar que o acontecimento público está ligado à imagem pública, ou seja, ambos devem ser tratados como ações públicas, conforme defende a teoria de Queré. Coelho (2013, p. 73) ainda acrescenta que os problemas públicos e as ações públicas são sublinhados pelo autor, com o comentário deste de que em ambos as dimensões de público com sujeito e como Estado são colocadas.

Por isso, a especial importância, porque sendo assim, o acontecimento poderá afetar positiva ou negativamente um número ilimitado de pessoas. Lana (2012, p.11) pontua que o acontecimento público promove ações em comum que se caracterizam pela retenção da atenção das pessoas quando se vem frente a um tema que diz respeito a todos. Até porque, até mesmo aqueles que estão distantes geográfica ou propositadamente poderão ser atingidos pelo acontecimento público.

Importante lembrar que os problemas públicos não são problemas sociais. Segundo Coelho (2013, p. 73) um problema social tem chances de se tornar um problema público se respeitar e se encaixar nas tarefas exigidas às instituições e sujeitos do Estado democrático ou nas mobilizações sociais. Além disso, exige-se a tematização do acontecimento social no campo da ação pública.

Um problema poderá se tornar organicamente acontecimento público sem grandes esforços, pois geralmente assuntos dessa natureza contam intrinsecamente com alguns dos pré-requisitos já apresentados anteriormente. Claro que, essa situação se torna mais sugestiva quando se trata de um acontecimento inesperado, surpresa. Quando o problema acontece em âmbito do Estado, portanto já se estabelece uma margem considerável de chance desse fato se tornar um acontecimento público.

Sugere Queré apud Coelho (2013, p.74) um acontecimento está relacionado a um campo problemático, formado anteriormente por um conjunto de problemas já enraizados naquele contexto. Segue o autor afirmando que há uma familiaridade entre acontecimentos e campos problemáticos, ao mesmo tempo em que, acontecimentos e intrigas estão intimamente relacionados também. Coelho (2013, p.74) complementa que os acontecimentos da atualidade têm como consequência os problemas públicos o que exige novas tarefas da ação pública, constatando que a política de Estado é de interesse público e esse precisa se comunicar com todos os grupos de representações sociais..

De acordo Coelho (2013, p. 72) ao tratar do público como visível o acontecimento midiático também é um acontecimento público em potencial. A razão disso é trazida pela autora, é porque a visibilidade também faz parte do conjunto que caracteriza um acontecimento público.

Aliás, a carga de visibilidade de um acontecimento público pode se tornar tão extensa que é possível descrever seu histórico em diversas linhas do tempo. Essa particularidade acontece, provavelmente, porque o assunto é tão questionado e sustentado, em algumas vezes, que com uma ampla pesquisa e união de dados é possível descrever quase todas as ações de diversas formas, baseadas em muitas fontes. Por isso, vale reiterar que estudos aprofundados de acontecimentos públicos são relevantes para a sociedade que o compõe e o sustenta para fins de entendimento do próprio entorno e representação social.

Sobre a formação do acontecimento pela visibilidade da mídia Coelho (2013, p. 72) descreve que a mídia influi numa forma para o acontecimento chegando a criar *referências partilhadas* com todas as ambiguidades sobre a origem e os objetivos. A afirmação da autora confirma a possibilidade de vários encaixes para o mesmo acontecimento em razão dos olhares e pontos de vista diversificados contidos no mesmo acontecimento. Coelho (2013, p. 72) apresenta uma reflexão de Jocelyne Arquemburg interessante de ser destacada aqui, para a professora da Universidade Sorbonne o acontecimento midiático é provocado pela intersecção no olhar daquele que mostra e daquele que vê, sendo assim, a questão que é colocada é em nome de quem se olha e em nome de quem se mostra.

Coelho (2013, p. 74) conclui que o acontecimento público fala de interesse público, reiterando que esse é um aspecto essencial para os processos de comunicação pública ao se utilizar objetos que estejam de acordo com os valores democráticos. O caráter público está intimamente relacionado com diversos pré requisitos da democracia, para compreender e contextualizar melhor as discussões sobre imagem pública e acontecimento público a seguir dissertaremos a respeito de dois importantes assuntos de Estado e das relações entre Estados: a democracia e a defesa nacional.

### 3.6 OS ENLACES DA DEMOCRACIA E DA DEFESA

Para se iniciar as reflexões a respeito de Defesa Nacional é importante pincelar aspectos da democracia. Como veremos mais adiante, a defesa nacional está diretamente

ligada à autonomia dos Estados entre eles, já que não existe um órgão regulador de Estados, ou seja, cada um age quase que autonomamente. Norberto Bobbio é um reconhecido autor da área jurídica que escreve sobre Democracia, por esse motivo usaremos sua obra *O Futuro da Democracia* para discorrer sobre alguns aspectos referentes a este assunto.

Segundo o autor a democracia nunca esteve em berço esplêndido, mas está longe do título (BOBBIO, 2000, p.19. Isso ao destacar que o que há atualmente não é pior do que já houve no passado, como no período entre guerras e um dos principais motivos para essa comemoração é o fato de que as democracias ocidentais não estão ameaçadas por regimes fascistas. Com alívio ou não, é de caráter preventivo que certas ações sejam tomadas para a constante alteração de cenários.

Recentemente comentários em relação às eleições presidenciais de 2014 colocaram questionamentos nas redes sociais sobre o quanto o Brasil exerce o caráter democrático que lhe confere pelos atuais doze anos do cargo de Presidente da República ser de pessoas pertencentes ao mesmo partido. De acordo com Bobbio (2000, p.19) o que garante a Democracia é o estado de transformação porque o que é estático está ligado ao despotismo por estar sempre igual a si mesmo. Mesmo que a mesma proposta de situação de governo se encaminhe para os dezesseis anos, não acredito que o País tenha perdido ou esteja perdendo seu caráter democrático, porque ainda conta com diversas transformações políticas e econômicas.

O autor também apresenta (BOBBIO, 2000, p. 187) que a tanto a democracia quanto a paz contam com normas, já a guerra é anômica<sup>9</sup> e coloca o questionamento de qual relação existem entre esses três pontos? E que tipo de relação acontece, semelhante ou distinto? Embora sejam assuntos pertinentes as relações internacionais a às ciências jurídicas, todos eles estão ligados com a comunicação e com as relações de poder.

A vida social é a consequência do egoísmo e o modo de vida em sociedade não é natural, foi criado para alcançar de forma mais pacificada os objetivos egoístas, já argumentava Hobbes em meados no século XVII. Já comentamos acima que é humano buscar a garantia da vida e racionalmente isso é ditado por regras para manter a sociedade organizadamente estável.

Ainda resgatando o filósofo Thomas Hobbes que defendia que o homem é o lobo do homem em razão do egoísmo, característica bem salientada por Hobbes, os homens viveriam

---

<sup>9</sup> Segundo <http://www.dicio.com.br/anomico/> visitado em 17 de nov. 2014 às 7h43 é um Adjetivo. Está relacionado com anomia. Que é a consequência da falta de organização. Estatística. Cujas falta de simetria presente nas distribuições condicionais pode variar de maneira irregular, tendo em conta à localização destas.

em guerra constante para suprir suas necessidades egoístas, ou seja, sem normas. Para auto conservação da espécie humana, racionalmente foi estabelecido um pacto social com regras e lideranças.

A reflexão é que a democracia, autocracia e a paz existem em consequência das normas que as baseiam, para manter controlada a natureza do homem. Já a guerra seria desprovida de normas porque ultrapassa os limites da organização da manutenção estável do estado de natureza e para evitar esse desequilíbrio desde que o indivíduo nasce ele é submetido a regras. Porém, em um determinado momento pode acontecer de ambas se contraporem e se tornarem anômicas.

Entretanto, como estabilizar um sistema que é por si só autocrático? Por isso o autor questiona (BOBBIO 2000, p.187 e 188) sobre duas situações das relações entre Estados. A primeira é que se seria possível um sistema internacional democrático com membros autocráticos e se seria possível um sistema internacional autocrático com membros democráticos? Convenhamos que a resposta é muito clara, mas na verdade as perguntas são feitas não necessariamente para serem respondidas e sim para demonstrar que existe sim um confronto entre as nomias e anomias presentes nesse sistema internacional.

As relações de poder entre os Estados estão em constante disputa, porém nos parece que se trata de uma disputa quase desigual porque cada membro mantém uma posição diferente nos mais diversos aspectos. Um exemplo seria a disputa entre Brasil e Estados Unidos, se pensarmos somente em uma disputa de defesa perceberemos que é uma relação desigual porque cada nação apresenta objetivos e posicionamentos diferentes sobre a Política de Defesa Nacional. No Brasil ainda não era de ampla discussão nacional questões de dados cibernéticos até julho de 2013 e nos Estados Unidos esse assunto não só era discutido como era pesquisado para garantir vantagens competitivas no mercado do petróleo, por exemplo.

Segundo Bobbio (2000, p.188). Os problemas debatidos atualmente estão mediamente ligados a três dúvidas. A primeira é se os Estados democráticos são mais pacíficos que as autocracias. Segundo, trabalhando com a hipótese de realmente serem mais pacíficas, a paz externa é dependente do aumento de Estados democráticos e da democratização da comunidade internacional. Por último, se é possível se manter democrático num contexto não democrático.

Numa situação tão cheia de universos diferentes se torna difícil prever as respostas para as dúvidas acima e muito provavelmente por isso que elas são causas dignas de problemas internacionais. Um dos possíveis motivos é a questão de base das respostas, mesmo que de caráter exclusivo das relações externas de um País essas questões estão

intrinsecamente relacionadas com as questões internas. Ou seja, a primeira é consequência da segunda.

Bom Fim (2009, p.5) sustentado por Putnam (1988) afirma que em momentos considerados como tranquilos no cenário econômico político mundial se reduz o número de grupos que buscam influenciar nas decisões importantes em âmbito internacional. Contudo, em momentos de crise o contexto se altera e o número de propostas de decisões se eleva. Além disso, o autor prossegue, não somente cresce o número de propostas mas também se identifica um crescimento na quantidade de grupos de interesse que tentam desempenhar um papel de influente.

O processo de relações de poder entre os Estados se inicia ainda internamente, com as políticas adotadas para favorecer questões nacionais. Contudo, Bom Fim (2009, p.5) nos mostra que a política externa brasileira teve equilíbrio durante um período extenso do século XX, entre duas posições bem divergentes, são elas: a primeira que abrange os que defendem uma posição mais independente em relação às nações mais poderosas - especialmente aos Estados Unidos -, e a segunda que abrange os que acreditam que uma política de alinhamento seria mais benéfica ao País.

O autor (2009, p. 5 e 6) completa a afirmação com um resgate de algumas denominações já praticadas e defendidas para a política externa brasileira, como a de política externa independente e de doutrina do interesse nacional. Em seguida apresenta uma perspectiva mais recente da análise das Relações Internacionais, propondo que essas doutrinas representam prioritariamente interesses localizados (e localizáveis) deixando um pouco de lado as preocupações com a entidade abstrata da nação.

O século mudou, porém alguns cenários se mantiveram, como por exemplo, a forte potência do continente Americano e os defensores de posições diferentes a respeito de como lidar com a política externa do País. Embora essa relação entre o Ministério das Relações Internacionais com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério da Defesa seja de extrema importância para o entendimento do objeto e da comunicação que serão analisados, procuramos agendar para um futuro próximo o encadeamento mais embasado dessas três instituições públicas em razão do propósito estruturado na presente monografia.

Embora o modelo de filosofia política de Rousseau seja identificado como autoritário, sua concepção sobre cidadania debatida no *Contrato Social* é fundamental nesse caso. Para o filósofo, o cidadão se torna cidadão ao reconhecer que o bem coletivo é um grande benefício para todos e por isso esse trato deve ser respeitado porque o laço coletivo precisa do coletivo para garantir a sobrevivência. Portanto, embora a discussão de democracia e autocracia

estejam distantes desta reflexão, é preciso ter em mente a premissa de Rousseau a respeito da convivência da sociedade.

Érico Esteves Duarte disserta sobre as alternativas sobre a digitalização no meio de defesa nacional. Em *Conduta de Guerra na Era Digital*, o autor discute sobre a relação entre a guerra e a tecnologia, baseando suas afirmações na teoria de guerra de Clausewitz. Por essa razão, identificamos o autor como importante destaque para refletir sobre o assunto deste subcapítulo.

Duarte (2012, p.7) afirma que a atividade de preparação da defesa de uma nação é uma necessidade essencial porque a condição de organização do sistema internacional é anárquica. Comumente percebemos que nos filmes estadunidenses os principais líderes políticos demonstrados na ficção são secretários de defesa. Embora sejam histórias fictícias, os roteiros são montados, geralmente, de acordo com a realidade do contexto.

Ao lembrar-se do filme de guerra mais recente que o leitor já assistiu será possível constatar que a questão de defesa nacional é uma das prioridades e sempre indica a menção dos órgãos de defesas de outros países com certa distância e temor. Isso acontece porque segundo Duarte (2012, p.7) não existe regulamentação compulsória sobre os Estados, mas apenas entre eles. Ou seja, assim como o país em questão permanece em estado de preparação para a guerra, todos os outros poderão se encontrar na mesma situação.

Já no início da reflexão teórica se destaca a importância da atenção de um Estado ao seu órgão responsável pela defesa nacional. Além de instituir suporte a preservação da soberania nacional, a defesa de uma nação garante uma aparente tranquilidade de proteção de bens para àqueles que vivem naquela nação. Embora guerras e estratégias de proteção não sejam assuntos frequentemente disponibilizados ao público em geral, esta é uma questão de grande relevância principalmente na relação entre os países.

Os órgãos destinados à defesa de um Estado contam com uma imagem de essenciais, porque lidam justamente com a defesa dos territórios e da soberania do País. Relações entre Estados não fogem muito do contexto de relações entre os homens. A diferença é que, como num estado de natureza, os Estados não são observados por uma lei universal Waltz (2004).

O pensador leva em conta a afirmação de Rousseau, que coloca a causa da guerra em razão do sistema dos Estados e não exclusivamente no homem ou nos Estados. Seria necessário um aprimoramento grandioso entre os Estados para que alcançassem um ambiente favorável para a reestruturação do seu sistema de relações. Havendo relações, há comunicação e principalmente, política.

Um dos maiores temores do ruído do relacionamento entre Estados é a guerra, seja pelo histórico recente de grandes guerras, seja pela preocupação do homem em manter a sua vida, a autopreservação de Hobbes. Waltz (2004, p.12) afirma que o maior desejo do povo é conviver na paz, um Estado controlado pelo povo não lutará se não for atacado.

É válida uma breve lembrança do sentido de autopreservação de Hobbes. Segundo o filósofo, permanecer em vida é o principal interesse do homem. Porém, como a inimizade e a desconfiança surgem da competição, todos estão dispostos a ferir o outro antes de serem feridos. Não levemos em conta apenas os ferimentos da carne, pois como o objeto de pesquisa demonstrará a seguir, há ferimentos também na imagem e na soberania de uma nação. Os interesses particulares sobrepondo a liberdade do outro também é uma forma de causar ferimentos.

Além do desfavorecimento trazido pelo sistema de relações entre os Estados, existe outra probabilidade de Estados entrarem em guerra: a procura da paz interna. Waltz (2004 , p.103) resgata históricos de países que para combater guerras civis internas planejaram guerras externas para convencer seus cidadãos a se unirem para uma causa específica. A própria psicologia das massas de LeBon apresenta casos nesse aspecto de união de forças contra um inimigo comum que acaba unindo adversários.

Existe uma especificidade relevante de ser apresentada para melhor entendimento do enquadramento do Brasil no cenário de defesa, fronteiras e zona de guerra por abordar com clareza uma relação indireta com os Estados Unidos. Segundo Duarte (2012, p. 66) há uma condição de hegemonia de poder desde o início do século XX nas Américas pelos Estados Unidos. Essa condição de poder americano, segue o autor, possibilita estratégias de políticas externas de menor custo e risco (DUARTE 2012, p.67).

Porém, o Brasil não fica perdendo em grande escala para os Estados Unidos nesse assunto porque, Duarte (2012, p.66) afirma que nos últimos trinta anos há condição de primazia na América do Sul pelo Brasil. Além disso, a posição assimétrica brasileira no continente torna desproporcionalmente custoso e com baixas expectativas de sucesso a conquista de um país sul-americano por outro. Dessa forma, em razão da forte hegemonia dos Estados Unidos frente aos outros países do continente e da geolocalização do Brasil que também tem tido destaque na questão de defesa nacional na América Latina, seria trabalhoso e pouco provável a incidência de guerras ilimitadas.

Embora o Brasil não seja um dos territórios mais cotados para guerras, conforme foi dito acima, se precaver importante. Segundo Duarte (2012, p. 67) há algum tempo existe uma proteção continental contra ações militares pelos Estados Unidos, isso porque o País norte-

americano faz questão de bloquear quaisquer ações de potências extracontinentais. Além de garantir o poder na região, os norte-americanos garantem que o custo com a segurança dos países latino-americanos sejam substancialmente baixos.

A análise de Duarte tranquiliza de certa forma os cidadãos latinos, contudo como veremos futuramente, essa proteção é quase inverossímil, uma vez que mesmo garantindo uma proteção, ele ameaça com espionagens. Podemos dizer que é uma situação de proteger contra outras nações para conseguir ter créditos e alcançar os objetivos de espionagens. Por essas e outras razões a defesa nacional demonstra na sua apresentação a disposição em manter a soberania do País.

Claramente que, o texto de Duarte data do ano de 2012, momento anterior à divulgação das espionagens estadunidenses no Brasil. Contudo, demonstra indiretamente a estratégia assistencialista reversa do país norte-americano quando naquela época afirmava que (2012, p.68) os Estados Unidos buscam pela manutenção da sua hegemonia, e por isso reduz consideravelmente a necessidade de contingenciamento de recursos para as Forças Armadas, em outros países. Fica entrelinhas a ação de um bom relacionamento de auxílio na defesa para alcançar objetivos maiores, como informações secretas do governo e de empresas públicas do Brasil.

Por isso a relevância extrema de dois órgãos públicos: O Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) e o Ministério da Defesa são eles os principais atuantes no quesito de relações entre Estados. Inclusive, Duarte (2012, p. 72) afirma que no Brasil têm acontecido aperfeiçoamentos na cooperação e na comunicação entre as Forças Armadas e o Itamaraty. Possivelmente, segue o autor, por meio de treinamentos conjuntos de pessoal, desenvolvimento de sistemas de comunicação resilientes entre oficiais militares e diplomatas e treinamento conjunto de pessoal.

### 3.7 O ACESSO ÀS REDES CIBERNÉTICAS

A internet é um dos principais meios de informação dos tempos atuais. Desde o final do século XX a sociedade passa por constantes mudanças de comportamento em razão do uso cada vez mais frequente da internet. Grandes descobertas como a escrita, a imprensa, o rádio e a televisão moveram a sociedade, mas dentre esses e tantos outros é possível refletir e perceber que as consequências das trocas de dados online são a que mais rapidamente se expandem.

As redes cibernéticas surgiram e pouco a pouco suas consequências se o principal motor das evoluções de aspectos econômicos, políticos, cotidianos e da comunicação. Ao passar do tempo o desenvolvimento do tema passou a ganhar velocidade surpreendente, e diariamente podemos perceber essas alterações por mais supérfluas que sejam. Sendo assim, é possível imaginar os efeitos em grande escala dessa substancial evolução.

Peruzzo (2006, p.31) afirma que as redes cibernéticas chegaram ao ponto de influenciar no status quo da humanidade e isso passou a se configurar em um período chamado de a era da informação, sociedade da informação ou sociedade da comunicação. Desde meados da década de 1990 a comunicação e a informação tomam conta dos hábitos diários, desde a leitura do jornal até a leitura de bulas de remédios. Diferentemente da situação anterior em que a informação acontecia em um processo de um para todos, na sociedade da comunicação o processo acontece de todos para todos (PERUZZO, 2006, p.31).

Ao discorrer sobre essa questão Peruzzo (2006, p.32) também identifica objetivamente que a novidade nessa sociedade da comunicação é a convergência das mídias concomitantemente a quebra de barreira do início do processo anteriormente era de um e atualmente de muitos emissores. Obviamente que alguns danos vieram indesejavelmente nesse pacote, como a quantidade significativa de informações lançadas sem uma memória preparada para filtrar tanto conhecimento. Nesse sentido, é possível que com o passar dos anos haja amadurecimento dessa realidade e passemos a filtrar mais esse ilimitado número de frases, imagens, opiniões e etc. emitidos a cada minuto.

Rüdiger (2011, p. 108) apresenta o pensamento atual como um pensamento de terceira fase, que depois dos avanços da mecânica e da elétrica, o mundo pode ser reduzido à informação e muito mais. Mesmo com a variedade que o mundo apresenta, não concluímos que tratar a informação como um dos elementos principais seja reduzir essa diversidade e sim objetivar essa diversidade. Ou melhor, o mundo com muita informação não é reduzível e sim modificável.

A internet trouxe aos usuários a possibilidade de expansão ou de uma nova interface para a democracia, porque segundo Peruzzo (2006, p.31) é por ela que se tornou viável a troca de mensagens independente de culturas, distâncias geográficas, economias, idiomas, interesses políticos e etc. Dessa forma, as mudanças foram surpreendentes, não somente pelas grandes realizações como a possibilidade de conversar com alguém em outro continente em conversas com imagens, há a possibilidade de comparar colunas de jornalistas políticos de jornais concorrentes e também de um blog mantido por um cientista político de outra região,

pro exemplo. Essas novas opções alteram características fundamentais no cotidiano, e elas não podem passar despercebidas.

A troca constante de ideias torna a realidade mutável. Certo de que as mudanças tendem para ações corretas e incorretas em relação à ética e boa conduta estipuladas para manter o estado de natureza controlado, mas o desenvolvimento absorve energia nos dados emitidos e recebidos. Rüdiger (2011, p. 111) demonstra isso ao citar os autores Licklider e Taylor, os quais acreditam que o surgimento de inovações é consequência de das interações mantidas.

Embora seja bacana falar a respeito de todas as interações possíveis na era da informação, é preciso lembrar que nem sempre essa realidade está disponível a todos. Na questão do acesso à informação também é relevante discutirmos a respeito de democracia, até mesmo por se tratar do fio condutor do contexto atual que também está intimamente ligado às políticas (como relações de poder). Nesse sentido nem sempre o todos para todos tão apropriado é de fato uma descrição dos fatos.

Peruzzo (2006, p.32) pontua que o desenvolvimento da internet acontece numa velocidade consideravelmente veloz, porém o problema das redes cibernéticas está no acesso ao serviço de comunicação e informação proporcionado por ela. A autora segue colocando que a desigualdade no acesso provoca o surgimento de novas categorias sociais como as dos incluídos e dos excluídos do acesso às redes digitais. As afirmações são claramente comprovadas com os dados apresentados durante o texto.

A apresentação dos números em comparação é surpreendente e demonstram que a era da informação está distante da forte relação com a democracia. Segundo Peruzzo (2006, p. 32 e 33) baseada em dados da *Nua Limited* a população mundial era de mais de 6 bilhões de habitantes, desse número pouco mais de 605 milhões eram usuários de internet. Dentre esses 605,60 milhões ela apresenta a distribuição por região como apresentamos na tabela abaixo:

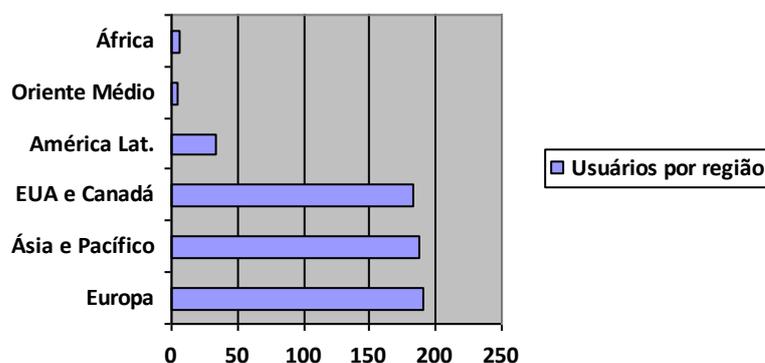


Gráfico 2: Distribuição por região da população com acesso à internet.

Fonte: próprio autor com base nos dados da pesquisa Nua Limited de setembro de 2002.

Conforme pudemos perceber, o acesso às redes cibernéticas é realmente menor nas regiões consideradas mais pobres do mundo. Na pesquisa, os países com maior visibilidade são Brasil e Estados Unidos, a autora apresenta a comparação dessas nações no número de computadores conectados permanentemente à internet (hosts) com dados do ano de 2004. O país norte-americano é o primeiro colocado com 162.195.368 de hosts, já o Brasil naquele ano contava com 3.163.349 hosts ficando na 8º posição do *ranking* mundial.

Portanto, os Estados Unidos mantém uma força não somente no quesito Defesa Nacional, mas também no acesso à internet. Motivos suficientes que podem se encaixar perfeitamente nos estudos a respeito da divulgação de espionagens estadunidenses no Brasil, já que além de mais exigente com suas políticas de defesa é está muito a frente em acessos aos dados internamente e utiliza esse conhecimento estabilizado para objetivos próprios de concorrência. Fica clara a diferença entre os dois países, sendo os Estados Unidos mantenedores de outro contexto político e de comunicação que garante vantagens significativas sobre outros países.

Essa discrepância na comparação do acesso pelos brasileiros tem uma motivação que é apontada por Peruzzo (2006, p.35), a democratização do acesso às redes cibernéticas no Brasil é consequência da pobreza da população. Segundo a autora o início para o acesso exige basicamente o acesso a uma rede telefônica e de um computador, depois é necessário contar com uma placa de rede e com o valor necessário para investir na manutenção de um provedor de internet e também da linha telefônica. Sem contar que é essencial a obtenção de softwares para a boa realização do acesso.

Além disso, tornar a internet acessível não se limita apenas a aquisição dos produtos e serviços acima, é essencial um conhecimento prévio de como usar os benefícios. Um importante questionamento feito durante as eleições presidenciais de 2014 foi a ampla divulgação de opiniões pessoais sobre política por meio das redes sociais online. Discutia-se principalmente a falta de conhecimento teórico para determinadas afirmações, ao ponto de se sugerir uma nova disciplina no ensino fundamental das escolas: ensino para comunicação online.

De acordo com Peruzzo (2006, p.35) as utilizações por conta de cada um são condições inacessíveis para boa parte dos brasileiros porque além da falta de poder econômico para aderir aos equipamentos e serviços técnicos, há uma grande parcela da população com baixo nível de escolaridade e de ligação com as tecnologias. Essas duas insatisfações

inviabilizam o acesso da maioria dos brasileiros, mas que são mutáveis a partir do momento que há ascensão de classes no país.

Mais positiva do que a ideia de democratizar um acesso tão importante é destacar que se ampliando a possibilidade de manuseio se torna mais rápido a ampliação de emissores de conteúdos diversificados. A maneira ilimitada e sem um controle externo partindo do interesse público é a principal contribuição da internet, um grande potencial que o mundo possibilita para a humanidade (PERUZZO, 2006, p.35).

Entendemos que o acesso à internet é um direito de todos os cidadãos, assim como o porque é também por meio dela que acessos a outros serviços essenciais são feitos. O direito à comunicação está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 no artigo 19º, o qual pontua que todos tem o direito à liberdade de opinião e de expressão [...] e o de procurar, receber e difundir sem consideração de fronteiras, informações e ideias por quaisquer meio de expressão. Já a Constituição Brasileira de 1988 (Ca, p. I, Artigo 5º, inciso IX) afirma que é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença.

Por meio da internet é possível ter acesso e acompanhar as políticas públicas propostas pelo governo, as intervenções dos representantes em assuntos públicos, os investimentos feitos com dinheiro público discutindo, sugerindo e fiscalizando todo o processo. Faz parte do exercício da cidadania a possibilidade do acesso à informação e ao conhecimento ilimitado que os dados contidos nela disponibilizam.

O acesso às redes cibernéticas possibilita um fortalecimento da democracia e um conhecimento antes inacessível pelos meios mais convencionais, é essencial a discussão do assunto junto aos órgãos ligados às relações entre Estados também, já que a internet é universal. Comunicação e política estão fortemente relacionadas quando a defesa e a democracia e é na união dos assuntos que provocamos discussões plausíveis e importantes.

## 4 ESTUDO SOBRE O ACONTECIMENTO PÚBLICO

Ao encontro das reflexões acima se encontram também os autores que dissertam a respeito de acontecimento, como Maria Helena Weber e Marja Pfeifer Coelho. A comunicação pública está inserida num contexto de relacionamento entre o poder público e a sociedade civil, e dentre esse contexto são encontrados os acontecimentos públicos. Sendo a intenção trabalhar com um viés de cidadania e o objeto ser um órgão público, esta teoria se encaixa perfeitamente na discussão da pesquisa.

O acontecimento escolhido para analisar e avaliar empiricamente na pesquisa atingiu pontualmente o poder público brasileiro. Retomando o pensamento Nietzscheano de que toda continuidade é apenas o efeito de uma interpretação do fato, lembremos que novas demandas sociais surgiram no imaginário público a partir do episódio das denúncias de espionagens estadunidenses. As demandas sociais exigem atendimentos estatais, confirmando mais uma vez o valor positivo de comunicação estratégica e ágil por parte do poder público.

### 4.1 CORPUS DA PESQUISA

Analisar o discurso de um órgão público, que potencialmente estará exposto a todos os cidadãos, contribuirá no entendimento do nível de consciência e organização que essa instituição apresenta sobre a importância de informar sobre sua atuação no assunto de proteção de dados nacionais. Não somente o discurso público proveniente de órgãos públicos está sujeito a pressões políticas e sociais, porém um pouco mais do que os outros, este está mais carregado de valores ideológicos que variam de acordo com os diferentes contextos sociais existentes por ser sustentado pelos impostos pagos pelos cidadãos contribuintes.

Percebendo a fragilidade do Brasil nos assuntos de Defesa Nacional e de acesso às redes cibernéticas, foi planejado o estudo das notícias publicadas no *site* do Ministério da Defesa. Para essa busca foi utilizado parcialmente o método de análise de conteúdo. O método de análise de conteúdo não foi mencionado na metodologia dessa pesquisa porque serviu apenas como filtro para construção das escolhas demonstradas no gráfico abaixo.

Silva (et al. 2004) apresenta a análise de conteúdo como prática existente desde as primeiras tentativas em interpretar os antigos escritos. Contudo, este método foi sistematizado

como tal na década de 1920, em consequência dos estudos de Leavell sobre a propaganda empregada na primeira guerra mundial. Dessa forma se adquiriu o caráter de método de investigação.

Segundo Bardin (1994) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Conta com indicadores quantitativos e/ou qualitativos. Estes indicadores apresentados permitem o início de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens analisadas.

Para filtrar as notícias a serem analisadas será utilizada parcialmente a análise de conteúdo de forma quantitativa no *site* do Ministério da Defesa<sup>10</sup>. O site foi definido por duas razões a serem destacadas: a primeira porque poucos trabalhos monográficos foram encontrados relacionados ao Ministério da Defesa, além disso, o Ministério da Defesa está diretamente ligado às denúncias de espionagens entre nações porque é o órgão mais próximo de segurança entre soberanias. A palavra foi definida por estar intimamente ligada às notícias lidas e teorias analisadas para a construção dessa monografia.

A busca levará em conta as notícias com a palavra *cibernética* (*o*) no título do ano anterior e do ano seguinte às denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil. Na pesquisa foram encontradas três notícias anteriores e sete posteriores. A escolha foi baseada em dois assuntos que o Brasil se mostra imaturo: defesa e internet, porque notícias sobre internet e dados foram publicadas pelo órgão máximo de defesa nacional.

A partir dessa reconstrução de significados a pesquisa apresentará ao leitor a sustentação da avaliação feita. Como já explicado acima, um dos primeiros passos será analisar quantitativamente as palavras dos títulos das notícias disponibilizadas no *site* do Ministério da Defesa. Estes dados irão apresentar uma compreensão mais aprofundada da interpretação de realidade, também contribuindo na delimitação com mais objetividade dos passos seguintes. Será possível perceber qual a linguagem e o foco na temática de cibernética dado pela assessoria de comunicação social do MD.

No uso de análise de conteúdo são realizadas três fases segundo Trivinos apud Silva (et al. 2004), porém nesse caso utilizaremos as duas primeiras. A fase pré análise, na qual a organização do material colhido deve centrar a atenção do pesquisador. Já a descrição analítica é a segunda etapa, aqui o material reunido que constitui o corpus da pesquisa exige mais aprofundamento sendo orientado em princípio pelo referencial teórico e pela hipótese, se

---

<sup>10</sup> [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br)

houver.

Abaixo a tabela demonstrativa dos documentos analisados na pesquisa com título, fonte e data de publicação. Ressaltando que as matérias contidas no Jornal O Globo são as primeiras a serem anunciadas as notícias de espionagens estadunidenses no Brasil. As matérias contidas no site [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br) são as que contêm a palavra *cibernética* e suas variáveis no título no período de ano anterior e subsequente das denúncias de espionagens (07 de julho de 2012 a 07 de julho de 2014) no botão notícias do *site* do Ministério da Defesa.

O acontecimento será analisado de forma lateral e constante junto à análise do *site* do Ministério da Defesa. Embora a denúncia das espionagens estadunidenses seja o provável divisor de estratégias de comunicação, conforme aqui será relatado, o destaque de análise será para a comunicação anterior e posterior a ele. Dessa forma, a base de estudos do acontecimento na prática acontecerá embasado em teorias da democracia, da defesa e da cibernética.

O objetivo da pesquisa é analisar se o acontecimento das espionagens estadunidenses no Brasil provocou alteração na comunicação realizada pelo Ministério da Defesa por meio de seu site oficial. O site é um importante meio de comunicação com os cidadãos que partilham do direito de acesso à informação a respeito dos assuntos tratados pelas instituições públicas.

Para fins de pesquisa científica estabelecemos três objetivos específicos são eles: analisar, dentre as notícias escolhidas como o Ministério da Defesa se posicionou a respeito de defesa cibernética antes e depois das denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil; avaliar o que as notícias que levam cibernética no título informam e observar os resultados finais obtidos e orientar as considerações sobre o trabalho baseadas nas teorias apresentadas.

O principal questionamento é como o Ministério da Defesa divulga notícias a respeito de cibernética e proteção de dados, antes e depois dos conflitos políticos por suspeita de espionagem por um país considerado amigo do Brasil, os Estados Unidos. O Ministério da Defesa é um órgão público que coloca como umas das principais atribuições o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País. Sendo assim, no caso de espionagens estrangeiras no território nacional este é um dos órgãos responsáveis e o seu *site* é uma das principais fontes de informação oficial do governo federal a respeito do assunto das espionagens.

<b>CORPUS DA PESQUISA<sup>11</sup></b>		
<b>Título</b>	<b>Fonte</b>	<b>Data de Publicação</b>
Brasil deve estar preparado para defender suas redes contra ataques cibernéticos	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/4140">http://www.defesa.gov.br/noticias/4140</a>	24 de outubro de 2012
MD aprova Política Cibernética de Defesa	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/4205">http://www.defesa.gov.br/noticias/4205</a>	28 de dezembro de 2012
Exército apresenta Simulador Nacional de Operações Cibernéticas	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/4212">http://www.defesa.gov.br/noticias/4212</a>	22 de janeiro de 2013
Brasil e Venezuela estudam parceria na área de defesa cibernética	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/4377">http://www.defesa.gov.br/noticias/4377</a>	08 de agosto de 2013
Forças Armadas se reúnem para discutir guerra eletrônica e cibernética	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/4430">http://www.defesa.gov.br/noticias/4430</a>	04 de outubro de 2013
Brasil e Argentina Reforçam parceria em defesa com ênfase no setor cibernético	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/4475">http://www.defesa.gov.br/noticias/4475</a>	21 de novembro de 2013
Amorim fala sobre defesa cibernética, grandes eventos e acordo com Irã em entrevista à Folha	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/4479">http://www.defesa.gov.br/noticias/4479</a>	27 de novembro de 2013
Ministro Amorim anuncia estudos para escola de Defesa Cibernética	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/8443">http://www.defesa.gov.br/noticias/8443</a>	29 de janeiro de 2014
Brasil e Argentina irão cooperar nas áreas aeroespacial de defesa cibernética	<a href="http://www.defesa.gov.br">www.defesa.gov.br</a> disponível em <a href="http://www.defesa.gov.br/noticias/8505">http://www.defesa.gov.br/noticias/8505</a>	21 de março de 2014

Quadro 1: Corpus da pesquisa empírica

Fonte: próprio autor com base nos dados levantados conforme fontes.

Para fins de pesquisa e de opção de enquadramento do objeto, levaremos em conta com significância o Ministério da Defesa. A atuação do órgão, segundo o próprio *site* da instituição, é de um órgão que investe em capacidade militar de dissuasão que possibilite

<sup>11</sup> Arquivos contidos na mídia no apêndice A

reagir não apenas contra ameaças externas convencionais, mas também contra riscos contemporâneos como o terrorismo, o crime organizado transnacional, a pirataria e os ataques cibernéticos. Não foi possível encontrar o texto presente nessa área antes das denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil para fins de comparação, porém o texto acima sugere que o Ministério da Defesa seja um dos principais responsáveis pela proteção cibernética no Brasil.

Gordon Craig apud Mancuso (2008) defende que há uma crença, especialmente em países democráticos, de que o militarismo está ligado somente à guerra. Segundo o autor essa é uma alienação no processo histórico de uma nação porque segurança nacional pode e deve estar diretamente ligada ao contexto militar em razão das centenas de estratégias e ações secretas dentro do processo militar. Portanto, a viabilidade do estudo não está somente no caráter de interesse coletivo a respeito de um órgão público, mas também do quão essencial é a reflexão da comunicação de uma instituição mantenedora das estratégias de segurança nacional.

#### 4.2 SITE

Ao buscar<sup>12</sup> o endereço do *site* aparecem indicações de portais de ministérios da defesa de outros países, os *sites* das três forças armadas, entre outros. Foram visitadas as primeiras 10 páginas de pesquisa do portal de buscas pela internet e em nenhum deles foi encontrado direcionamento para o endereço [www.defesa.gov.br](http://www.defesa.gov.br). Em todos os momentos que o *site* foi buscado ao longo da construção da monografia o mesmo aconteceu, sendo comprovada a inacessibilidade da visita ao *site*.

As instituições do Estado necessitam se relacionar com todos os públicos que concernem a ele, desde o mais pobre ao mais rico ou do analfabeto até o doutor. A comunicação é uma forma de sustentar as relações de poder na sociedade e justamente é essa a motivação para que a comunicação pública de Estado esteja atenta a todos os públicos porque são esses que procuram informações de interesse privado e coletivo.

O site do Ministério da Defesa divulga o papel da Defesa Nacional. Iniciando pelo aspecto da missão, a do Ministério da Defesa é *esclarecer e mobilizar a sociedade brasileira*

---

<sup>12</sup> Busca realizada às 10h do dia 14 de novembro de 2014.

*em torno de uma Estratégia Nacional de Defesa que assegure os interesses e a soberania do Brasil.* Segundo Costa (2003, p. 36) a Missão organizacional apresenta a razão de existência da organização. Sua formulação deve buscar responder perguntas como: i) Qual a necessidade básica que a organização pretende suprir?; ii) Para que serve a organização?; iv) Por que a organização surgiu?

A missão representa o conceito, ou a razão, de existir uma organização, ou seja, aquilo que ela realiza. Propondo mais sobre de onde ela vem do que o seu futuro. A missão de uma organização é a sua razão de existir, este discurso revela ao mundo as suas intenções e as finalidades de suas ações e políticas de relacionamentos. Portanto, a missão apresenta muito sobre o órgão Ministério da Defesa.

Segundo Duarte (2012, p. 68), mesmo longe de uma capacidade de ampla mobilização militar, há necessidade de preservação de alguma capacidade militar sempre em alerta pelos países sul-americanos. Para isso, é importante o estabelecimento de parâmetros de ação militar. Ou seja, o planejamento e preparação de políticas de defesa.

A missão também está alicerçada na Política Nacional de Defesa, a qual afirma que Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. Junto à missão existem também os objetivos organizacionais.

O Brasil é popularmente chamado pelos brasileiros de País pacificado, numa situação de afirmação de que não há guerras. Contudo, sem previsão de futuro fica sempre em avaliação para prevenções. De acordo com Duarte (2012, p. 72) o Ministério da Defesa tem papel fundamental no planejamento de estratégias continuamente e na capacidade de produção e desenvolvimento de cenários em crise. No próprio site oficial do Ministério da Defesa há a seguinte afirmação *Apesar de se projetar como nação que defende o entendimento e a cooperação internacional, o Brasil sustenta que ser um país pacífico não significa ser passivo e indefeso.*

Para cumprir o seu papel, os objetivos organizacionais devem ser organizados e respeitados dentro do órgão de defesa. A seguir os objetivos do Ministério da Defesa apresentados no site oficial da instituição:

I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial; II. defender os interesses nacionais, as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; III. contribuir para a preservação da coesão e unidade nacionais; IV. contribuir para a estabilidade regional; V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; VI. intensificar a

projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais; VII. manter as Forças Armadas aprestadas, modernas e integradas; com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional; VIII. conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do país; IX. desenvolver a Base Industrial de Defesa nacional, orientada para o desenvolvimento e consequente autonomia em tecnologias indispensáveis; X. estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais; e XI. desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional.

Dentre as principais atribuições do Ministério da Defesa estão: exercício e operações, ensino e pesquisa, mobilização nacional, indústria de defesa, geoinformação e aerolevantamento, programas sociais, ciência e tecnologia, relações internacionais e esporte.

As atribuições vão ao encontro do alcance dos objetivos citados anteriormente, os quais pretendem colocar em prática a política nacional de defesa que busca garantir a preservação da capacidade militar para possíveis emergências. A seguir, vamos destacar detalhadamente quais são essas atribuições tão importantes na pirâmide de organizacional do Ministério da Defesa.

a) Exercício e Operações (destaques para Proteção das fronteiras e de eventos): essa coordenação de esforços é visível em ações como as destinadas a garantir a segurança das fronteiras brasileiras. Ensino e Pesquisa: Está no processo de construção do conhecimento sobre o tema da Defesa Nacional que passa por iniciativas capazes de promover o intercâmbio de ideias, o debate de problemas ligados a esse setor e o desenvolvimento de iniciativas de interesse coletivo do Ministério da Defesa, da Academia e da sociedade. Dentro dessa atribuição está a de estudos estratégicos, as instituições de ensino militar e a rede de bibliotecas do Ministério da Defesa.

b) Mobilização Nacional: Prevista na Constituição Federal – art. 22, inciso XXVIII e art. 84, inciso XIX –, a Mobilização Nacional é um instrumento legal que tem por objetivo manter o país preparado para fazer frente a uma eventual agressão estrangeira. Reúne um conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado visando ao aumento rápido de recursos humanos e materiais disponíveis para a Defesa. Aqui está a principal demonstração de existe precauções por parte do MD para possíveis emergências.

c) Indústria de Defesa: O Ministério da Defesa está atento a essa questão. Por isso, trabalha na implementação de políticas e iniciativas que busquem associar a recomposição da capacidade operativa da Marinha, do Exército e da Aeronáutica à busca de autonomia

tecnológica e ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID). Tanto quanto manter indústrias, parques de produção e empregos, os esforços empreendidos visam fazer com que o País, a partir desse setor, possa desenvolver novos modos de incorporar ciência, tecnologia e inovação nos bens e serviços produzidos.

d) Geoinformação e aerolevanteamento: Essas atividades estão centradas, basicamente nos serviços prestados por mais de 70 entidades nacionais públicas e privadas, inscritas no MD, que executam projetos por todo o País e fornecem informações para o Cadastro de Levantamentos Aeroespaciais do Território Nacional – CLATEN, no qual constam as áreas aerolevantadas, autorizadas pelo MD.

e) Programas Sociais: Apoiada em estruturas sociais fortes e desenvolvidas, a atuação das Forças Armadas prevê também responsabilidades de cunho social quando suas tropas estão em ação no país. O Ministério da Defesa, além disso, desenvolve programas que buscam estimular uma relação harmônica e benéfica entre a Defesa Nacional e a sociedade. Mais que aprimorar a participação social em assuntos de defesa e segurança, essas iniciativas ajudam a promover a identificação da população com os entes estatais responsáveis por resguardar a soberania nacional.

f) Ciência e Tecnologia: Não se pode falar de Defesa Nacional sem associá-la ao desenvolvimento científico e tecnológico. Forças Armadas modernas e eficientes, com rápida capacidade de mobilização, requerem o emprego de avançadas tecnologias. Da mesma forma, não se pode falar em instituições militares sem reconhecer seu papel inovador no ambiente de ciência e tecnologia do país. Do ponto de vista de Defesa, o desenvolvimento científico e tecnológico é fundamental para a obtenção de maior autonomia estratégica e de melhor capacitação operacional das Forças Armadas – sobretudo nos três setores estratégicos para a Defesa Nacional – o nuclear, o cibernético e o espacial.

g) Relações Internacionais: Embora o diálogo, a cooperação, a ênfase no multilateralismo e o respeito ao direito internacional continuem a ser atributos importantes e desejáveis, a recomposição do sistema em base multipolar não é, por si só, suficiente para garantir que, no atual quadro de transição, prevaleçam relações não conflituosas entre os Estados. As ações internacionais do Ministério da Defesa se dão por meio das atuações em missões de paz; de iniciativas em parceria com outros órgãos federais, no caso da política externa e Defesa; das cooperações Internacionais; da participação em fóruns internacionais multilaterais; e de parcerias e acordos bilaterais.

h) Esporte: O Ministério da Defesa atua em prol do desenvolvimento do esporte militar brasileiro por meio do Departamento de Desporto Militar (DDM) da Secretaria de

Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD). O DDM é responsável por todos os eventos desportivos que envolvem as Forças Armadas, trabalhando, atualmente, com 26 modalidades.

Conforme a explicação de cada uma das atribuições foi perceptível que somente em uma delas citava as questões relacionadas à proteção cibernética, a de ciência e tecnologia. De acordo com Duarte (2012, p. 72) reconhece-se a oportunidade da digitalização a fim de melhorar um sistema de comunicação intragovernamental e sistemas de comando e controle seguros e eficientes. O autor exemplifica a afirmação com sistemas de tecnologia veicular utilizados em espaço aéreo, porém é possível identificar nas suas palavras que há necessidade de atribuir tecnologia digitalizada no órgão de defesa para proteção nacional.

Até porque o próprio autor propõe mais adiante (2012, p.73) que existe um desenvolvimento ideal na condução dos encontros defensivos e ofensivos. Por isso é exigido das Forças Armadas do Brasil que evoluam as capacidades de enfrentamentos, principalmente defensivos, para a defesa dos objetivos estratégicos nacionais. O autor realiza quase uma previsão do que era necessário para evitar ou descobrir anteriormente o que estava acontecendo no país, falando especificamente das espionagens estadunidenses.

Dentre tantos exemplos de possíveis táticas militares de proteção nacional, as quais aqui não caberiam, Duarte (2012, p. 74) garante o que já tínhamos apresentado anteriormente, de que não existe na política de defesa brasileira um reconhecimento explícito como um fator considerável. Há de se destacar que o texto de 2012 e atualmente alguns avanços tenham acontecido. Avanços que provavelmente aconteceram em decorrência de que na Estratégia Nacional de Defesa de 2008 há indícios de reconhecimento de tecnologias pontuais quando coloca que a tecnologia não substitui o combate, porém é um instrumento de capacitação para as Forças Armadas Duarte (2012, p.74).

Na descrição da atuação do Ministério da Defesa há que o Brasil é um País ativo e autônomo que exerce exclusiva soberania sobre seu território, seu mar territorial e seu espaço aéreo, sem delegar a terceiros a responsabilidade por sua defesa e segurança. Cabe ao Estado brasileiro prover os meios necessários para que a sociedade alcance seus objetivos de prosperidade, assegurando condições que lhe permitam ser capaz de, livremente, afirmar seus interesses e se dedicar ao próprio desenvolvimento.

Como vimos o Brasil é uma das referências em questões de defesa entre os países Sul-Americanos, e mesmo engatinhando nos assuntos de proteção de dados cibernéticos é perceptível que há uma evolução contínua. Por esse contexto em que o país está inserido, de destaque, é que suas estratégias de defesas devem ser aprimoradas por meio das atribuições do

Ministério da Defesa. Dessa forma, será possível se aproximar dos objetivos da Política Nacional de Defesa.

Os últimos cem anos de história política das Américas permitem identificar três padrões da política externa dos Estados Unidos para a região. Primeiro, eles têm reagido a todas as tentativas de inserção de uma grande potência transcontinental. Segundo, têm atuado de maneira a equilibrar e, em casos extremos, desarmar qualquer grande potência extracontinental que pleiteou uma hegemonia regional em seu respectivo continente que pudesse servir como uma plataforma de projeção de poder sobre as Américas. Terceiro, os Estados Unidos têm se interposto contra qualquer possibilidade de alteração no equilíbrio de forças a partir da interação entre países do continente que pudesse alterar sistemicamente sua condição hegemônica nas Américas. (DUARTE, 2012 , p.67)

Sabendo que todas as ações e discursos estratégicos relacionados aos temas de interesse público estão colocados no contexto da comunicação pública, buscaremos entender como o Ministério da Defesa se pronunciou a respeito de proteção de dados cibernéticos antes e após as denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil. Levando em conta que o Ministério da Defesa se trata de um órgão público e de que o assunto em questão se trata de um acontecimento público, conforme teorias já discutidas anteriormente busca-se pesquisar como as notícias publicadas no ano anterior e no ano subsequente demonstram como o Ministério da Defesa se pronunciou a respeito deste acontecimento.

### 4.3 NOTÍCIAS

Quando há interesse público em determinada ação ou discurso, acontece a exigência da comunicação pública. Um dos primeiros aspectos a serem trazidos nesta análise é a função da prestação de contas aos públicos que se torna mais exigido no contexto de relacionamento entre o Estado e o cidadão. O *site* do Ministério da Defesa é um dos meios para que essa prestação de contas aconteça, não fosse a dificuldade de encontra-lo mesmo procurando pelo nome em um famoso portal de buscas pela internet.

Para tanto, a análise se baseia em uma teoria científica social porque esse contexto tende a revelar respostas essenciais para a avaliação e reflexão da realidade. Já que a sociedade é inseparável da organização política o comportamento do homem é produto da sociedade em que ele vive, sigamos para a análise onde a compreensão empírica ganhará destaque.

A comparação entre o ano anterior a divulgação das denúncias de espionagens foi feita a fim de diagnosticar se o acontecimento das espionagens estadunidenses no Brasil provocou alteração na comunicação realizada pelo Ministério da Defesa por meio de seu site oficial. Relembrando que Weber (2000) também cita acontecimento na relação de pioneirismo e das novas estratégias de convencimento, confiança e obediência. Sendo assim, enquadra-se caráter de acontecimento no presente trabalho.

Utilizando a análise crítica do discurso foi interpretado que no ano anterior a denúncia de espionagens estadunidenses no Brasil foram publicadas três notícias com a palavra cibernética (o) no título. A seguir discutiremos a respeito das colocações sobre a análise inicial.

O primeiro ponto a se destacar das notícias analisadas de julho de 2012 a junho de 2013 é a possível demonstração de aprimoramento do Ministério da Defesa para assuntos de proteção cibernética. Conforme já discutido acima, o Brasil está em um nível anão nas questões de defesa e de redes cibernéticas em relação ao contexto mundial. Pelo que foi analisado na presente pesquisa desde julho de 2012 o País tem tomado decisões iniciativas para alterar positivamente o contexto de defesa de dados no território nacional.

Em relação à influência que na humanidade sugerida por Peruzzo (2006, p.31) o período chamado de a era da informação na defesa cibernética brasileira pode ter chegado

tardamente, visto que desde meados da década de 1990 a comunicação e a informação tomam conta dos hábitos diários do planeta. A análise demonstrou que a comunicação do Ministério da Defesa se encaminhou aos assuntos de cibernética com morosidade, ainda que o Brasil seja o destaque na América Latina em questões de defesa e de acesso às redes cibernéticas. Contudo, há indícios do quanto houve maturidade e desenvolvimento do processo de encaminhamento às melhorias no processo de *accountability* parte essencial da comunicação pública.

Os principais indícios foram as percepções de preocupação em demonstrar que algo está sendo feito a respeito dessa proteção de dados. Primeiro com a indicação do acontecimento de um seminário que abordará somente sobre esse assunto, segundo pela definição da Política Cibernética de Defesa em dezembro de 2012 e terceiro pela exaltação pelo do Simulador Nacional de Operações Cibernéticas lançado em janeiro de 2013.

As notícias trouxeram ao total de cinco fotos que identificavam o assunto principal da notícia. Contudo, uma das três matérias divulgadas uma não contava imagem, a saber, a que falava a respeito da aprovação da Política Cibernética de Defesa, assunto bem importante abordado antes mesmo das denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil.

Processualmente, essa aprovação contou com uma morosidade questionável, visto que desde de 1990 a internet é difundida no País. Além do que, em outubro de 2012 era sustentado pelo então Ministro da Defesa Celso Amorim a necessidade do País estar preparado para enfrentar essa nova ameaça que pode trazer consequências danosas para todo o conjunto da sociedade. Em menos de 12 meses depois se conhece a iniciativa estadunidense de espionar dados no Brasil que podem ter iniciado muito antes da publicação dessa matéria com a sustentação do Ministro.

Sabendo que o comportamento do homem tende a ser o produto da sociedade que ele vive, a sociedade e o comportamento humanos estão intimamente ligados às relações de política. Com ciência da possibilidade de quebras de sigilo telefônico, da invasão de *sites* públicos por organizações civis descontentes com determinados posicionamentos e da potência dos Estados Unidos nos assuntos de defesa e acesso à tecnologia, era difícil de se imaginar que somente em 2012 tivesse sido realmente colocado em pauta a discussão desse assunto dentre os corredores do Ministério da Defesa.

Os processos políticos são mantidos em ampla exposição para a sociedade para buscar convencimento, a confiança e a obediência dos cidadãos. Contudo em um processo democrático o viés contrário de observância deveria acontecer mais ou menos no mesmo processo para prevenção de fatos como o das espionagens. Por exemplo, se um empregado

tem possibilidade de abrir a caixa de mensagens eletrônicas do chefe ou de outro empregado porque a maior potência do continente não poderia descobrir dados secretos do Brasil?

Uma das matérias analisadas divulga sobre o III Seminário de Defesa Cibernética no Brasil que aconteceu em outubro de 2012. Na ocasião foi publicado que nos dias de seminário os mais de 500 participantes do encontro iriam discutir sobre soluções para proteger a população brasileira das ameaças digitais. Também foi colocada a já existência de ações já estabelecidas pelo Ministério da Defesa por meio das Forças Armadas, porém somente uma foi denominada: o Curso de Guerra Cibernética, pioneiro entre os países da União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Além disso, na mesma matéria foi divulgada a expectativa de que debates tenham a possibilidade de contribuir na busca de soluções em uma das maiores dificuldades na área de tecnologia da informação, na esfera governamental.

Essa colocação demonstra empiricamente que a cultura e os hábitos de uma cultura permanecem na maior parcela dos níveis sociais, inclusive em um órgão tão essencial quando o Ministério da Defesa. Trabalhando com a condição de que para nós essa cultura é um espelho da sociedade, relembremos Weber (2004, p. 260) sobre a característica da imagem pública de um olhar em uma perspectiva de dúvidas e certezas do cidadão em relação ao órgão.

Portanto, tanto as buscas por soluções quanto a morosidade do processo inferem diretamente na imagem pública do Ministério da Defesa. As ações de comunicação que são realizadas consciente ou inconscientemente atingem diretamente a imagem. Portanto, é essencialmente importante que primeiramente haja fácil acesso ao site do Ministério da Defesa e segundo que as notícias sejam montadas com estratégias com enfoque de impacto positivo no leitor.

Embora as notícias<sup>13</sup> publicadas no *site* do Ministério da Defesa que mencionam a palavra *cibernética* (*o*) no título anteriores às denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil somatizam 1.193 (hum mil cento e noventa e três) palavras. E as notícias em mesmo contexto publicadas após as denúncias contam com 2.011 (duas mil e onze) palavras, as mais recentes contam com outros assuntos na mesma matéria. Ou seja ela tem mais número e também mais caracteres mas não estão tão focadas no assunto de cibernética.

O número de imagens também foi uma característica que se alterou antes e após as denúncias de espionagens. Após as espionagens as imagens passaram a ser mais frequentes e no centro da notícia, ampliando o destaque do evento político e seus sujeitos. Conforme

---

<sup>13</sup> Notícias contidas no CD localizado no apêndice desta monografia.

vimos acima, o prestígio dos eventos é uma das principais colocações da imagem pública, configurando uma mudança de cenário de enfoque nos assuntos de cibernética pelo Ministério da Defesa.

Dessa forma, destacamos que boa parte das notícias analisadas não contempla somente o assunto do título, ou seja, nessas a cibernética divide o espaço com outras pautas referentes ao Ministério da Defesa. Portanto, a visibilidade da própria notícia é dividida, interferindo na recepção do leitor.

A publicização que é a disponibilização de informações que permitem ao cidadão conhecer a instituição que deve defender os seus interesses, segundo a análise, aconteceu de fato após as denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil. Na segunda parte, verificamos as notícias veiculadas após o acontecimento contemplando a ideia de que Estado tem obrigação de informar o cidadão, e uma das formas que tendem a ser mais difundidas é por meio das notícias do *site* oficial.

O processo de alerta para a situação de sensibilidade brasileira em questões de proteção cibernética foi veloz não somente no Brasil. Cerca de um mês após a divulgação das denúncias de espionagens no Brasil em órgãos públicos e empresas público-privadas a Venezuela, por meio de sua Ministra da Defesa, veio pedir auxílio na construção do setor de defesa cibernética no seu País. Os dois países pertencentes a UnaSul<sup>14</sup> se encontraram em Brasília, capital do Brasil, para debater sobre contratos e acordos que beneficiem os dois países para um fortalecimento na situação defensiva da situação cibernética da Venezuela e do Brasil.

Encontramos em notícias desse gênero um caráter intimamente ligado ao item de Relações Públicas presente na comunicação pública. Essas notícias apresentam as formas de relacionamento com os usos estratégicos de instrumentos e canais que permitem o diálogo entre os cidadãos e os países, já que o interesse público se transformou também em um interesse político.

O Ministro Celso Amorim, nesse encontro, comentou sobre o fortalecimento da identidade Sul-Americana a então Ministra da Defesa venezuelana Teresa Meléndez. Em resposta, Meléndez afirmou que não há possibilidade de integração dos dois países sem o alinhamento das Forças Armadas de ambos. Segurando a prerrogativa de que Ministério da Defesa compreende a gestão pública das forças armadas nacionais, ou seja, também apreende

---

<sup>14</sup> União de Nações Sul-Americanas.

a segurança nacional de Estado. Portanto, é considerado um órgão gestor de caráter público que rege as estratégias e táticas que buscam a segurança da soberania nacional.

É conivente atentar para o conceito de imagem pública nesse momento. A construção e a manutenção da imagem pública são fatores essenciais para o reconhecimento do sujeito ou da instituição política, porque é por essa via que acontecerá a visibilidade. Encontros e negociações como essa são abastecidos de questionamentos e opiniões das mais diversas naturezas, desde o mais complacentes com a política do outro país até os mais contrários às políticas do vizinho continental.

Um desenvolvimento pertinente também para as relações internacionais em razão do acontecimento. Foram constatadas reais intenções de parcerias bi laterais entre países sul americanos para criação de projetos e negociações no ramo de defesa, principalmente as que conferem ao âmbito cibernético. Relembrando sobre a afirmação de Duarte na questão da posição assimétrica brasileira no continente, tornando custoso e com baixas expectativas de sucesso a conquista de um país sul-americano por outro.

O fortalecimento da identidade dos países Sul-Americanos fica claramente exposto quando se percebe os esforços recorrentes na busca de parcerias para aprimorar a defesa cibernética. Países vizinhos procuraram auxílio no Brasil pelo seu destaque no desenvolvimento de equipamentos e estratégias de defesa na América Latina, que ainda que seja mínimo em questões mundiais, na região recebe congratulações pelos avanços. Contando ainda com a trabalhosa e pouco provável incidência de guerras ilimitadas entre os países vizinhos do Brasil com este, inclusive.

Após a situação negativa de país espionado por outro, as notícias passaram a serem constituídas com um viés mais técnico de colocações, como uma forma de demonstrar que algo está sendo realmente organizado pelo Ministério da Defesa. É perceptível que algumas mudanças foram definidas e praticadas na forma de informar o cidadão, no entanto alguns pontos podem desfavorecer essa intenção, como a linguagem. A linguagem utilizada pode ser questionada porque muitas vezes os termos utilizados trabalham num viés não entendível a todos. Por outro lado, este pode ser um critério ciente da comunicação do Ministério da Defesa.

Cidadãos leigos no assunto de defesa cibernética não entendem de fato o que acontece quando lê que o Ministério da Defesa na Copa do Mundo está mantendo a atualização doutrinária e a incorporação de lições apreendidas. Já é hipótese desta pesquisa a condição reservada do MD por lidar com a segurança nacional, contudo na decisão de informar as práticas é exigido que as informações sejam divulgadas para que uma parcela ampla da

sociedade compreenda. Esse debate tem prosseguimento no contexto de democratização do acesso às informações do brasileiro que na maioria dos casos não acessa por falta de condição financeiras e a partir do momento que evolui para cidadão internauta ativo não tem acesso em razão da linguagem utilizada pelo meio de comunicação em questão.

Outro momento analisado há um conflito de informações disponibilizadas. No andamento da realização da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil foi publicada uma notícia relatando práticas do Ministério da Defesa para a proteção cibernética. Embora a linguagem tenha sido inacessível para cidadãos leigos, uma frase merece destaque nessa reflexão, a afirmação colocava que a partir do término do evento em questão se iniciariam os preparativos de segurança cibernética pelo Centro de Defesa Cibernética (CDCiber)<sup>15</sup> para as Olimpíadas de 2016. O destaque é justamente para a ampla organização do planejamento de defesa para o próximo grande evento a ser realizado no País, comprovando mais uma vez que a comunicação se tornou mais incisiva na divulgação de ações protetivas nacionais.

Contudo, ao pesquisar o ano de criação do CDCiber a fim de confirmar algumas reflexões foi constatado que o órgão foi criado em 2011. Entretanto, em uma notícia pertencente ao grupo de escolhidas para a construção dessa análise, em agosto de 2013, há a menção de que o CDCiber foi “recentemente criado”. Ou seja, há um descompasso de informações nas notícias publicadas no *site* do Ministério da Defesa, prioritariamente por ser um direito de o cidadão receber informações verdadeiras de seus representantes políticos.

Por outro lado, há também indício de que eventos recentes demonstraram a importância da manutenção da confidencialidade dos dados que trafegam nas redes de comunicação de um País, visivelmente assumindo o acontecimento. Dessa forma, qualifica o caráter responsável de prestação de serviço ao cidadão, que demonstrou ser fidedigno nesse caso.

Antes de encaminhar o próximo passo é pertinente destacar o campo problemático em que geralmente os acontecimentos estão inseridos. No sentido de pouco envolvimento com a defesa e com o acesso a internet, o campo problemático que abrange o acontecimento da divulgação das espionagens estadunidenses no Brasil é identificado. Por estar ligado aos problemas, frequentemente o acontecimento perdura por um tempo ilimitado, razão do resgate

---

<sup>15</sup> CDCiber: Centro de Defesa Cibernética. A função do CDCiber consiste objetivamente na produção de respostas e incidentes de redes, no fortalecimento de segurança e na proteção contra ataques cibernéticos, entre outras atividades ligadas à cibernética. Para atingir seus objetivos o centro capacita militares para atuação em situações críticas, desenvolvimento de sistemas e parcerias com indústrias nacionais para sistemas inovadores.

desse assunto nas informações a respeito da cúpula do G20 em 2014 que foi realizada no mês de novembro.

No ponto que gostaríamos de chegar está a afirmação do Ministro da Defesa sobre a importância dos sistemas de comunicação e informação por se tratarem da base do desenvolvimento de um País. Anterior às divulgações de espionagens estadunidenses no Brasil além de poucas notícias pautarem a cibernética, não havia menção semelhante a esta. O caráter oficial é contemplado por ter sido uma colocação do próprio representante maior da defesa nacional o que sinaliza a alteração do posicionamento de comunicação a respeito de proteção cibernética, ou da comunicação como um todo, que após o acontecimento passou a ganhar uma importância diferente.

A história norteia o futuro como forma de aprendizado, analisar o passado e seus desdobramentos é um dever de cada indivíduo e instituições. A função do Ministério da Defesa é garantir a segurança do País com estratégias militares de proteção, e aspectos ligados à manutenção da vida estão presentes nas preocupações individuais desde o início da humanidade. Não é de hoje que segundo Mancuso (2008) que na reorganização do passado, as sociedades estejam sempre se representando, na medida em que as relações históricas que irão estabelecer estão sujeitas – senão determinadas – à realidade que as cerca num momento pontual.

Ou seja, a experiência é um dos principais ensinamentos do homem e de qualquer organização, seja ela civil, privada ou pública. Tratando-se de aprendizagem militar a experiência é essencial, como aponta Mancuso apud Huntignton (1996), no militarismo o aprendizado só acontece por meio da experiência. No caso de haver pouca oportunidade de ensino pela própria experiência, o ensinamento acontecerá pela experiência dos outros. Embora baseado na história e nas vivências empíricas o MD, assim como outros órgãos, não estavam preparados para estas denúncias, porém pelos sinais aqui colocados a situação de relação com a cibernética e com a comunicação contou com mudanças.

A comunicação pública não se restringe ao comunicar diretamente, mas abrange a informação pelos veículos de comunicação. Anterior ao acontecimento não houve citação de notícias informando entrevistas com o Ministro da Defesa para falar com a imprensa a especificamente sobre assuntos ligados à defesa cibernética nacional. Por intermédio dos veículos de comunicação a probabilidade de expansão da discussão é ampla, principalmente porque foram citadas empresas conceituadas na participação das entrevistas com Celso Amorim.

Weber (2000) apresenta os processos políticos que sempre se demonstraram com exposição para a sociedade, buscando o convencimento, a confiança e a obediência. Na análise do objeto é percebido o quanto as teorias apresentadas anteriormente estão organicamente ligadas às práticas da comunicação do Ministério da Defesa. Sustentados por estratégias e objetivos os pronunciamentos se enlaçam como uma costura perfeita e adaptável para as melhorias condicionadas às ocasiões. A teoria e a prática estarão sempre situadas em um caminho comum traçado por pesquisas e estudos que exigem cada vez mais interdisciplinaridade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se iniciou como um surpreendente desafio, sendo motivada por decisões e justificativas fortes. A comunicação e a política sempre estiveram relacionadas às reflexões na graduação e nada mais coerente que finalizar o ciclo com uma monografia a respeito dessas duas áreas, principalmente. Para um trabalho mais completo e interdisciplinar foi embasado também em teorias da democracia, da defesa nacional e da cibernética.

Embora tenham ficado para um futuro momento diversas reflexões sobre teorias e sobre a análise, infelizmente, o trabalho foi planejado e induzido para abastecer de conteúdo teórico-empírico as pesquisas que daqui para frente acontecerão sobre comunicação e acontecimento público. Em alguns momentos foi difícil a compreensão de acontecimento público em razão da escassa disponibilidade de materiais disponíveis atualmente, trazendo a vontade de escrever mais sobre a área em um futuro próximo. Além disso, o principal desafio foi o estudo sobre defesa nacional e militarismo, áreas nunca antes estudadas a fundo e que demonstraram um mundo de opções e ideias para os estudos na comunicação social.

O problema inicial de pesquisa se propunha identificar como o Ministério da Defesa se pronunciou a respeito de defesa cibernética no Brasil antes e depois das denúncias de espionagens estadunidenses. Por não ter havido hipótese no projeto de estudos em razão de escolha pessoal e do início dos estudos no tema, é concluído que a pesquisa alcançou os objetivos propostos com coerência e pertinência. Porém, mais importante do que isso, é a sensação de que muito mais ainda poderá fluir com estudos e pesquisas, porque uma análise nunca está concluída, está em constante desenvolvimento.

Em um mundo cada vez mais informatizado e em busca da democracia, a comunicação se torna cada vez mais importante nas relações entre os sujeitos e as instituições. Sendo assim, o destaque para a comunicação pública é gradativamente mais presente no âmbito profissional e acadêmico porque é mais abrangente, como instrumento de diálogo e participação popular.

O objetivo foi perceber se a comunicação, por meio das notícias do *site* do Ministério da Defesa, se alterou antes e após a denúncia das espionagens estadunidenses no Brasil, sendo o órgão ligado ao interesse público por ser um ministério. Uma das principais atribuições o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, segundo o próprio *site* oficial do órgão público. Ou seja, no caso de espionagens estrangeiras no território nacional este seria um dos órgãos mais relacionados ao assunto, porque o papel do Ministério da Defesa é o planejamento e preparação de políticas de defesa do País.

O trabalho monográfico é uma sustentação básica única na academia, onde curiosidades pessoais são plantadas e possíveis de serem divulgadas para a contribuição de outras pesquisas. Durante a montagem dos capítulos dúvidas e questionamentos eram pontuados e ponderados auxiliando na construção de posições de visão na vida e não somente na monografia. Argumentações que ao longo do tempo passaram a se manter no dia-a-dia provocando mais intenções de entendimento sobre a defesa nacional, suas ações e sua comunicação.

O estudo da política é fascinante, as relações de poder transmitem causas e efeitos inimagináveis e o mais curioso de toda a história é que relações de poder estão presentes a todo momento. Relembrar autores como Rousseau, Arendt e Locke foi um resgate rico em aprendizado e paixão pela filosofia política. Entender o quanto a política afeta diretamente a sociedade e seu modo de comunicar foi essencial para a construção do restante do trabalho.

A comunicação foi o assunto menos complicado de tratar e motivos para essa afirmação não faltam: primeiro porque a minha intimidade com a disciplina acontece há quase uma década a partir do momento da percepção do quanto a comunicação constrói; depois porque foram longos cinco anos estudando a funda teorias e práticas da comunicação social diariamente junto às discussões em sala de aula que provocavam cada vez mais interesse na área; terceiro porque, conforme também foi comentado, vivemos na era da informação ou da comunicação, o tempo se transformou em razão da comunicação e das relações de poder imbuídas nesse contexto de mudança social constante e ativamente presente na vida do cidadão.

Essa atualidade desenvolve rapidamente, mas às vezes desenvolve para o viés contrário, em que todos precisam estar padronizados de acordo com a maioria. Quaisquer diferenças são excluídas ou fadadas a incansável busca pelo igual. Percebi isso enquanto refletia sobre quantas opções existem de comunicar, é possível comunicar diferentemente porque as relações se constroem de formas distintas e os estudos da comunicação e da política fizeram concordar que a comunicação – seja de qualquer natureza – leva para o lugar desejado se o caminho trilhado for íntimo da política específica.

Durante os estudos de comunicação e imagem pública muitos fatos foram resgatados, e embora não escritos auxiliaram na construção de cada parágrafo. A comunicação comunica mas apresenta uma extensão poderosa, a imagem. A comunicação por meio de palavras, gestos, eventos ou imagens acontece por um período determinado de tempo, contudo a consequência – a imagem – permanece por tempo indeterminado. A comunicação poderá ser tão forte quanto os construtores das três pirâmides do Egito que concluem um trabalho de

maestria que perdura por séculos intacto ou tão frágil quanto um bebê recém-nascido que qualquer impacto poderá obter danos irreparáveis.

Quantos acontecimentos são inesquecíveis, quantos danos e alegrias se construíram ao longo da história a partir de acontecimentos. Embora essa tenha sido a área mais complicada de reflexão por causa do escasso número de material disponível e nenhuma disciplina relacionada que provoque discussões em grupo, esse foi um dos maiores aprendizados dos quatro meses de escrita. Acontecer é mais sublime e mais impactante do que existir, entendendo a importância de um acontecimento posso sugerir nas felicitações de final de ano que os familiares aconteçam e não apenas vivam.

Passamos a vida inteira protegendo nossa saúde, nossos bens, nossos entes queridos e nossos planos. A proteção é uma consequência da defesa, e mesmo que de forma rápida a defesa é sempre planejada. Ler textos de relações internacionais e de ciências jurídicas para entender a defesa no âmbito nacional e internacional foi fascinante, e o mais surpreendente de tudo foi passar dias pensando que mesmo áreas tão diferentes se conectam por causa da comunicação e da política.

Em estudos de filosofia política há bases de democracia, liberdade, igualdade, fraternidade e poder, quesitos fundamentais para a circunscrição da realidade atual. Entretanto, a democracia também conta com alterações em razão das transformações da comunicação e da política na era da informação e isso precisa ser destacado para apresentação de possibilidades diferentes de facilitar a vida da sociedade. Incluir a democracia aos estudos de redes cibernéticas fugindo de objetos como recepção de consumidor foi denotativamente apaixonante.

Não poderia haver forma mais ligada aos objetivos como a teoria da análise crítica do discurso. Fundamentação ligada à pedagogia e educação, áreas que estão intimamente juntas ao saber acadêmico e positivo a fim de uma construção mais adequada da sociedade. De todos os métodos já utilizados ao longo da graduação, esse foi o mais semelhante ao meu estilo de pensamento de construção acadêmica.

Dentro de todas as citações acima uma linha foi costurando o processo de análise empírica, desdobrando pouco a pouco o orgulho que se sente ao finalizar uma monografia com tanto aprendizado. Talvez muitos deles tenham ficado para o futuro pelo receio de afirmações numa monografia de conclusão de curso de graduação. Porém, o sentido das questões permanecerá sempre presente daqui para frente em minhas discussões.

O primeiro e mais excitante de todos foi perceber a posição dos Estados Unidos no contexto de defesa. A maior potência de guerra da América conta com um discurso de

proteção aos outros países americanos, motivo fundamental para os países não se fortalecerem militarmente. Enquanto isso, utiliza seus amplos e poderosos investimentos em defesa e cibernética em desfavor dos protegidos para benefício próprio com espionagens e negociações depreciativas dos vizinhos.

Embora esse não tenha sido o assunto de destaque da monografia é uma sugestão de estudo para futuro. Questões de defesa estão sempre ligadas à comunicação, principalmente no âmbito internacional. Além disso, se posicionar como amigo e como espião ao mesmo tempo rende muita discussão em relações de poder.

Falando em poder entre nações, surge a próxima reflexão que merece destaque nesse momento: a de que não há um órgão oficial de controle sobre os outros países. Dessa forma, a nação que obtenha mais investimentos ganha a posição de liderança, como o vizinho dono da bola que pode ser o mais novo de todos, porém como tem a bola mais cara da rua sempre é o capitão que escolhe o time. Essa situação interfere diretamente nas relações de poder – política – e principalmente na democracia e nos seus desdobramentos.

Na análise específica do objeto foram concluídas as surpresas positivas que merecem comentários especiais. Sem hipótese pré-estabelecida toda o aprendizado foi pertinente e cabível no enquadramento de conhecimento científico. Já respondendo o problema, o Ministério da Defesa se pronunciou de forma diferente a respeito de assuntos cibernéticos antes e depois das denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil. Anterior à divulgação de possíveis espionagens estadunidenses no Brasil a lembrança a respeito de cibernética era raramente colocada no título das notícias, exemplo disso é a frequência, foram apenas três nos 365 dias anteriores ao acontecimento.

As notícias contavam com menos imagens e menos contextualização do fato. Mostrando que na época não havia uma preocupação potencial sobre a defesa cibernética no País. O modo de escrita não se alterou significadamente, o que demonstra que provavelmente a política de notícias do *site* não contaram com alteração. Concluindo que possivelmente a alteração foi na resposta do interesse público que se tornou mais focado no assunto de proteção cibernética brasileira.

Após as denúncias de espionagens estadunidenses no Brasil as notícias passaram a ser mais frequentes, inclusive com menção a parcerias e desenvolvimentos internos na área. Desenvolvimentos realmente essenciais porque de acordo com os estudos sobre militarismo contidos nessa monografia, os autores alertavam sobre a potencialidade da Força Aérea Brasileira, no cenário da década passada. Já de acordo com as notícias atuais, a principal força

armada ligada à proteção cibernética seria o Exército Brasileiro, exigindo melhorias emergenciais para todo o Ministério da Defesa.

Nas notícias analisadas foi constatada pouca presença de comunicação pública de acordo com a teoria de Weber. No lugar, há comunicação buscando informar o cidadão, contudo em alguns trechos e posicionamentos de fotos são sugeridos impactos de promoção do órgão. Embora possa ser visto com olhos negativos, esse posicionamento pode vir a ser positivo em razão da pouca expressão midiática do Ministério da Defesa.

Ao pensar rapidamente sobre ministérios provavelmente o da defesa não seja um dos três primeiros a serem buscados na memória porque a saúde, a justiça e a educação tendem a ser mais fixadas na mente do cidadão. Promovendo essa auto promoção o Ministério da Defesa pode conseguir um maior espaço na mente do público, causando mais interesse público e dessa forma atraindo ferramentas para a manter a comunicação pública como deve acontecer.

O acontecimento público realmente causou impacto significativo no planejamento de comunicação das notícias do Ministério da Defesa, comprovando sua necessidade de ampliação de estudos. Inclusive pela sua relevância no contexto de imagem pública porque ambos alteram o contexto do outro mutuamente.

Provocando curiosidades maiores se identifica nesse trabalho uma contribuição relevante para o campo da comunicação, visto que poucos trabalhos na área tratam concomitantemente dos assuntos aqui discutidos. Foi um prazer enorme construir tamanha reflexão, principalmente numa realidade pessoal de paixão pela comunicação e pela política. Novos estudos já são planejados para a continuidade deste trabalho e que a expectativa de que sejam tão pessoalmente enriquecedores como esse.

## REFERÊNCIAS

ARENDRT H. **The Human Conditon**, Chicago 1958.

BAPTISTA, Maria Manuel: **Estereotipia e Representação Social: uma abordagem psico-sociológica** in O poder e a persistência dos estereótipos. 2004. Universidade de Aveiro.

BARDIN, I. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 1994. 226 p.

BARRERAS, Sandra Eliane de Oliveira Bittercourt de. **O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira em 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos**. 2013. 383 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOMFIM, Ivan. **“O Nome do Jogo: Interesse nacional” – a midiaticização de um conceito ambíguo**. Trabalho apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.

BRANDÃO, Elizabeth. **Usos e significados do Conceito Comunicação Pública**. Trabalho apresentado ao núcleo de pesquisa de Relações Públicas e Comunicação Organizacional do VI Encontro de Núcleo de Pesquisas da Intercom. 2006.

BRASIL. **Decreto LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.**

BRENOL, Marlise Viegas. **Fórum Social Mundial: Um Espetáculo da Sociedade e Outro da Mídia**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CASALI, Adriana Machado. **Análise dos objetos de estudo da comunicação organizacional e das relações públicas**. In: Revista Organicom. Ano 6, Edição especial, Nº 10-11. São Paulo: ECA/ USP, 2009 (, p. 64-69). Disponível em: <http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/186/286> acesso em 03 ago. 2014 às 12h35

COELHO, Marja P. **O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia**. 2013. 316 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)- Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DUARTE, Érico Esteves. **Conduta da guerra na era digital e suas implicações para o Brasil: uma análise de conceitos, políticas e práticas de defesa**. IPEATD. 2012 n.1760.

Época, Revista. **Caso de espionagem abala imagem dos EUA e de Obama no Brasil** <http://www.valor.com.br/internacional/3613072/caso-de-espionagem-abala-imagem-dos-eua-e-de-obama-no-brasil#ixzz3FYF3uBty> publicada em 14 de jul. de 2014. acesso em 03 ago. 2014 às 14h03

FABRIGAR, L. R. & WEGENER, D. T. (2010). Attitude structure. Em R. F. Baumeister & E. J. Finkel (Orgs.), **Advanced social psychology: The state of the science** (p, p. 177-216). New York: Oxford University Press. Fein, S., & Spencer, S. J

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Methods of critical discourse analysis**, organizada por Wodak e Meyer, 2 ed. Londres: Sage, 2005. p. 121-138.

FORTES, Waldyr Gutierrez. **Relações Públicas processo, funções, tecnologia e estratégias**. 2002. Summus Editorial.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **A produção científica em relações públicas e comunicação organizacional no Brasil: análise, tendências e perspectivas**. In: Boletín Comunicación 11 - Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación - ALAIC. Año 3. São Paulo: USP/ECA, 2003.

LANA, Lígia Campos de Cerqueira. **Acontecimentos públicos, acontecimentos privados: a estrutura visível dos acontecimentos na mídia**. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2012.

LESLY, Philip. **Os fundamentos de Relações Públicas e da Comunicação**. 1995. São Paulo. Pioneira.

FERREIRA, Maria Cristina. **A Psicologia Social Contemporânea: Principais tendências e perspectivas nacionais in Psicologia: Teoria e Pesquisa** 2010, Vol. 26 n. especial, p, p. 51-64.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo. Atlas.

MACHADO, R. **Focault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro. Zahar. 1999

MANCUSO, A.P. **A história militar: notas sobre o desenvolvimento do campo e a contribuição da História Cultural**. In: Revista História em Reflexão: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008

MARQUES, Ângela C. S.; REIS, Roberto A. **Apreensão e Análise do Acontecimento Mediático: Interseções entre a Comunicação e a Deliberação Pública**. Verso e Reverso: revista da comunicação. ano XXI, n. 47. 2007/2.

MISOCZKY, Maria Ceci. **Análise crítica do discurso: uma apresentação** in Gestão.org. Vol 3. N.2. mai/ago 2005.UFPE.

Moscovici, S. A. (1981). On social representations. Em J., P. Forgas (Org.), **Social cognition: Perspectives on everyday understanding** (p, p. 189-201). London: Academic Press.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Internet e democracia comunicacional: entre os entraves, utopias e o direito à comunicação** in Diálogos possíveis: revista da faculdade Social da Bahia. Ano 5, n2 (jul/dez. 2006) --. Salvador: FSBA, 2006.

ROCHA. Arlindo Carvalho. **Accountability: constituinte necessária das sociedades democráticas** in ReFAE – Revista da Faculdade de Administração e Economia v. 5, n. 1, , p. 81-100, 2013.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas e questões e autores**. Porto Alegre, Sulina, 2011.

RUBIM, A. C. Comunicação e política. São Paulo: Hackers, 2000.

SILVA, Cristiane Rocha. GOBBI, Beatriz Christo. SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa: descrição e aplicação do método**. Ensaio. Organizações Rurais & Agroindustriais - Revista Eletrônica de Administração da UFLA. Disponível em <>: <http://200.131.250.22/revistadae/index.php/ora/article/view/210> acesso em 14 ago. 2014 às 17h43

SILVEIRA, Aline R. **A comunicação pública a serviço da transparência pública na internet: estudo em portais das universidades federais**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização. Porto Alegre. 2008. 54, p.

SIMÕES, Roberto Porto. **Relações Públicas e Micropolítica**. São Paulo. Summus. 2001

TECMUNDO. PRISM: **Entenda toda a polêmica de como os EUA controlam você**. <http://www.tecmundo.com.br/privacidade/40816-prism-entenda-toda-a-polemica-sobre-como-os-eua-controlam-voce.htm> publicada em 13 de jun. de 2013. Acesso em 16 de nov. 2014 às 9h30.

TORQUATO, G. **Tratado de Comunicação Organizacional e Política**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

WALTZ, Kenneth N. **O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, 331p.

WEBER, Maria Helena. **Comunicação e espetáculos da política**. Porto Alegre / RS. Editora da Universidade. UFRGS, 2000.

\_\_\_\_\_. **Do acontecimento público ao espetáculo político-midiático**. In: **Caleidoscópio: revista de comunicação e cultura**. Nº 10, 2011. Lisboa. Edições Universitárias Lusófonas. p.189 – 203.

\_\_\_\_\_. **Imagem Pública.** In: RUBIM, Antônio A.C. Comunicação e Política: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba. 2004.

. **Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião.** Porto Alegre. 2011.

## **APÊNDICE A – MÍDIA COM ARQUIVOS DE NOTÍCIAS**

Mídia com arquivos de notícias analisadas na pesquisa, conforme descrição no quadro

1.